



Nº 1160 - Semanal
0,50 €

27 Junho 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

Criar um rendimento mínimo para idosos, um cartão único do cidadão e aumentar a eficiência fiscal são os objectivos centrais de três iniciativas legislativas socialistas que consubstanciam promessas eleitorais do PS e que serão debatidas no Parlamento em Setembro ou Outubro deste ano. Na apresentação à Imprensa dos projectos de lei, Ferro Rodrigues explicou que a garantia mínima de rendimento consiste no pagamento pelo Estado de uma prestação pecuniária a “acrescer ao montante das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência”.

► PÁGINA 5



MAIS JUSTIÇA E MAIOR COESÃO

SANEAMENTO DE SEIXAS DA COSTA É ESCÂNDALO NACIONAL

► PÁGINA 16

GP/PS PROMOVE AUDIÇÕES SOBRE IMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO

► PÁGINA 7

JAMILA MADEIRA REELEITA SECRETÁRIA-GERAL DA JS

► PÁGINA 4

ENTREVISTA A SÉRGIO SOUSA PINTO

DIREITA DRAMATIZA IMIGRAÇÃO DE FORMA DEMAGÓGICA

► PÁGINA 17

CONHEÇA O GESTO MAIS IMPORTANTE QUE VOCÊ PODE FAZER PELO PS, DEPOIS DO VOTO.

PÁGINA 3



A SEMANA REVISTA

SE
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

Cartão único do cidadão, atribuição de um salário mínimo nacional por cada casal de idosos e medidas de eficácia fiscal são as mais recentes iniciativas legislativas do PS apresentadas por Ferro Rodrigues em conferência de Imprensa e que correspondem a promessas eleitorais da última campanha

O secretário-geral do PS presidiu à sessão de encerramento do Congresso da JS em que foi reeleita Jamila Madeira para o lugar de secretária-geral.

O Secretariado Nacional realizou a sua reunião semanal das terças-feiras.

O Grupo Parlamentar do PS promoveu audiências parlamentares sobre as alterações propostas pelo Governo à Lei da Imigração e a decisão do Executivo de extinguir o Instituto de Inovação Educativa.

Os deputados socialistas eleitos pelo círculo eleitoral de Setúbal realizaram as suas jornadas parlamentares distritais.

Promovido pela delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, decorreu em Bruxelas um seminário dirigido aos jornalistas da imprensa regional sobre assuntos europeus.

Reunidos em Sevilha, os Quinze pouco adiantaram em matéria de imigração, reforma das instituições e alargamento, os principais pontos da agenda do Conselho Europeu que encerrou a presidência espanhola da União Europeia.

As questões europeias e o incidente ocorrido na fronteira espanhola com deputados do Bloco de Esquerda que pretendiam manifestar-se em Sevilha, estiveram no centro do debate parlamentar mensal com o primeiro-ministro que ontem teve lugar na Assembleia da República.

TRÊS MESES ÀS ARANHAS

(EM EXIBIÇÃO NO CINE S. BENTO)



ANTONIO COLAÇO



Sem frenesi, os socialistas têm capitalizado por via da postura coerente e séria do seu secretário-geral, pelo cumprimento das promessas eleitorais e também pelo descontentamento popular face ao desgoverno da direita.

EDITORIAL

CEM DIAS DE DESILUSÃO

A última sondagem da Universidade Católica veio dar razão àqueles que nunca acreditaram nas qualidades nem nas virtualidades do Governo saído das legislativas de Março. Volvidos apenas três meses de governação, o actual primeiro-ministro vê a sua popularidade pelas ruas da amargura com os valores a indicarem que a imagem de Durão Barroso é pior do que era a de Guterres no seu momento mais baixo.

Não é habitual em parte nenhuma do mundo democrático que um governo se afunde tão rapidamente aos olhos do eleitorado ao mesmo tempo que o principal partido da oposição sobe dez pontos percentuais nas intenções de voto. Existem, claro está, explicações para este fenómeno. É que a vitória alcançada pelos partidos que hoje compõem o Governo foi feita à custa de falsas promessas eleitorais, de mentiras e muita demagogia. Acresce a isto o facto do voluntarismo do Executivo ter redundado em ziguezagues e tergiversações próprios de quem não se preparou convenientemente e não fez os trabalhos de casa.

É pois natural que o ambiente no interior do Governo não seja dos melhores com relatos de "estados de alma" do primeiro-ministro face aos seus ministros e vice-versa. Talvez por isso o líder do PP, que também é ministro de Estado e da Defesa Nacional, tenha sentido a necessidade de, nas últimas jornadas parlamentares do seu partido, fazer profissão de fé e afirmar a solidez do Governo e da coligação que o suporta. Não podia ser de outra maneira, já que na sondagem da Católica os ministros melhores cotados são os do CDS-PP, apesar deste partido perder cerca de metade das intenções de voto.

Mas, o dado mais relevante deste estudo está no facto de cerca de 53 por cento dos inquiridos não verem nenhum partido com capacidade para fazer melhor. Todavia, os números revelados também indicam que é no PS que os eleitores depositam maioritariamente as suas esperanças e vêm-no como o partido que melhor oposição tem feito.

O PS, apesar de criticado por alguns sectores por ter deixado a iniciativa política nas mãos dos partidos da maioria e do Governo, tem vindo paulatinamente a apresentar as medidas legislativas que anunciou durante a campanha eleitoral. Foi assim com a criação de cem farmácias sociais, com o cartão único do cidadão, com a atribuição de um salário mínimo por cada casal de idosos, para só falar das mais emblemáticas. Sem frenesi, os socialistas têm capitalizado por via da postura coerente e séria do seu secretário-geral, pelo cumprimento das promessas eleitorais e também pelo descontentamento popular face ao desgoverno da direita.

Se foram assim os primeiros cem dias, o que esperar dos próximos tempos? Nada de bom mesmo que o petróleo baixe e que o euro aumente o seu valor, como tem vindo a acontecer. Sem que o Governo tenha nisto qualquer contributo, estes são dados importantes para o reequilíbrio mais rápido das finanças públicas mas não o restabelecimento da credibilidade política entretanto desbaratada.

SILVINO GOMES DA SILVA



Silvino Gomes da Silva

NÃO DEIXE PARA AMANHÃ, O QUE PODE FAZER HOJE. OU MELHOR, AGORA.

Se já recebeu o formulário do Recenseamento que lhe enviamos, preencha os dados e devolva-nos até ao dia 8 de Julho de 2002. Após essa data, nos termos da deliberação da Comissão Nacional do PS, quem não respondeu não poderá ser considerado Militante.

Contamos consigo!

Data final da entrega do formulário:
dia 8 de Julho de 2002.



PORQUE PARA O PS, VOCÊ É MAIS DO QUE UM NÚMERO.



CONGRESSO DA JS

JAMILA MADEIRA REELEITA

Jamila Madeira foi reeleita secretária-geral da JS, vencendo o outro candidato à liderança, Filipe Costa, por 41 votos. No discurso que proferiu na sessão de encerramento do XIII Congresso da JS, que decorreu no fim-de-semana na Figueira da Foz, Jamila Madeira apelou à unidade, criticou a estratégia do Governo que prejudica os jovens, e anunciou que vai apresentar uma proposta de interrupção voluntária da gravidez no dia 28 de Junho. Recordando que nessa data, comemoram-se quatro anos sobre esse referendo, Jamila Madeira comprometeu-se a apresentar nesse dia uma proposta de lei para debate e votação na Assembleia da República.

Num discurso em que procurou a unidade das duas listas que concorreram à liderança, para se caminhar para "uma JS forte, unida e coesa", Jamila Madeira apelou à mobilização dos jovens em torno das causas políticas e pediu aos militantes para que desenvolvam um trabalho de cativar mais apoios junto da sociedade civil.

"Queremos que a democracia volte ao nosso país", justificou a recém-eleita secretária-geral, num discurso marcado por várias críticas à coligação PSD-CDS que, na sua visão, está a desenvolver uma "estratégia" de governação que prejudica os jovens.

Relativamente ao seu adversário interno, Jamila Madeira convidou-o a sentar-se na Mesa do Congresso, na sessão de encerramento, e apelou à participação de todas as partes, conseguindo, a partir daí, que as suas declarações fosse aplaudidas de pé por todo o Congresso.

Jamila Madeira elogiou ainda a elevação do debate e a ausência de problemas na votação, ao contrário do que as negociações para o Congresso faziam adivinhar.

O candidato derrotado à liderança da JS, Filipe Costa, por sua vez, criticou o processo eleitoral, que considerou cheio de "irregularidades", mas rejeitou qualquer tipo de contestação aos resultados eleitorais.



FERRO DENUNCIA PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS

Ao discursar na sessão de encerramento do XIII Congresso da JS, Ferro Rodrigues teceu duras críticas ao Governo, que acusou de fazer "perseguições políticas inqualificáveis", como as que levaram à saída da ONU do embaixador Seixas da Costa, e de estar com "medidas extemporâneas" a causar "danos colaterais" aos jovens.

Numa intervenção que empolgou os jovens congressistas, Ferro Rodrigues criticou o afastamento de Seixas da Costa, que "fazia um excelente trabalho", considerando estarmos perante "uma perseguição política".

"Inqualificável" foi ainda o termo utilizado pelo líder socialista para definir a situação vivida sábado pelos dirigentes do Bloco de Esquerda na fronteira espanhola.

Dirigindo-se a Durão Barroso, o secretário-geral do PS exigiu do primeiro-ministro "uma resposta firme e urgente", questionando: "Que explicações vai pedir ao seu amigo Aznar pela inqualificável situação acontecida na fronteira espanhola?"

Segundo Ferro Rodrigues, Durão Barroso "tem



de pedir explicações rapidamente, deve exigir essas explicações porque não é aceitável que havendo livre circulação de pessoas, havendo uma manifestação em Espanha a que os espanhóis puderam ter acesso, é incompreensível porque é que os portugueses

não puderam ter acesso".

Executivo causa danos colaterais aos jovens

Ferro Rodrigues criticou ainda fortemente as

políticas do Governo directamente relacionadas com os jovens, como a passagem da idade de atribuição do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) para os 25 anos ou o fim do crédito bonificado.

"Os jovens estão entre os mais prejudicados pelos erros deste Governo" frisou, considerando a mudança no regulamento do RMG como uma "perfeita estupidez e provocação aos jovens portugueses".

Para Ferro Rodrigues, os jovens estão a ser atingidos pelos "danos colaterais das medidas extemporâneas do governo", e, exemplo disso, é o fim do crédito bonificado, "tão injustificado quanto injusto e perverso", sublinhou.

"Para milhares de jovens esta ajuda é essencial, o crédito bonificado não é uma ajuda acessória mas uma despesa social fundamental" argumentou o líder socialista, para quem suspender o crédito bonificado "é suspender o futuro de milhares de jovens que só assim podem ter acesso a uma casa", disse.

As críticas de Ferro Rodrigues estenderam-se ainda "à direita" que, sublinhou, "tem sempre a boca cheia da palavra família mas não se preocupa com o futuro das famílias, das famílias de Portugal".

INICIATIVAS LEGISLATIVAS

PS AVANÇA COM POLÍTICAS SOCIAIS

Criar um rendimento mínimo para idosos, um cartão único do cidadão e aumentar a eficiência fiscal são os objectivos centrais de três iniciativas legislativas socialistas que consubstanciam promessas eleitorais do PS e que serão debatidas no Parlamento em Setembro ou Outubro deste ano.

Na apresentação à Imprensa dos projectos de lei, Eduardo Ferro Rodrigues explicou que a garantia mínima de rendimento consiste no pagamento pelo Estado de uma prestação pecuniária a "acrescer ao montante das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência".

O quantia em questão corresponderá, segundo o líder do PS, "à diferença entre o rendimento mensal do idoso e 50 ou 100 por cento do valor do salário mínimo nacional mais elevado".

Segundo o secretário-geral do PS, "estes valores irão variar conforme se trate de um idoso isolado ou de um casal de idosos".

Questionado sobre qual o montante envolvido e o universo a atingir, Ferro Rodrigues cedeu a palavra ao deputado socialista Vieira da Silva que, reportando-se a estudos feitos, esclareceu que o rendimento mínimo para idosos, se for aprovado e implementado, abrangerá cerca de 50 mil indivíduos, custando anualmente ao Estado cinco milhões de contos.

O secretário-geral do PS chamou também a atenção para o facto de a política social do Governo de direita não ir de encontro ao cumprimento das promessas-chave do CDS/PP de equiparar a prazo a pensão mínima ao salário mínimo nacional".

"A proposta de revisão da Lei de Bases da Segurança Social conserva o princípio de associar o valor das pensões aos anos de carreira contributiva de cada cidadão", declarou o líder socialista.

Quanto à criação de um cartão único do cidadão, Ferro assegurou que o PS pretende com este projecto juntar num documento único, totalmente digitalizado, quatro outros cartões: contribuinte,



eleitor, segurança social e bilhete de identidade. O secretário-geral do PS adiantou que, se forem emitidos dez milhões de cartões do cidadão, cada um deles terá um custo aproximado de cinco euros, implicando uma poupança por unidade de nove euros, uma vez que o custo global dos quatro documentos de identificação em vigor actualmente ascende a 14 euros.

"Com o objectivo de assegurar a privacidade dos cidadãos, é conferida à Comissão Nacional de Protecção de Dados a missão de velar para que o complexo processo de tratamento de dados decorra nas condições constitucionalmente adequadas", adiantou.

Com o projecto-lei que visa conferir maior

eficiência fiscal ao Estado, o líder do PS destacou que a proposta socialista assenta em três princípios essenciais que passam pela simplificação e articulação entre todos os serviços da administração tributária".

"O sistema fiscal deve ser simples e estável, o que depende em parte de uma melhor articulação dos serviços envolvidos na arrecadação das receitas tributárias e da sua cação integrada em áreas tão sensíveis como a das execuções fiscais e inspecção tributária", explicou Ferro.

O vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido socialista e ex-ministro das Finanças guilherme d'Oliveira Martins sublinhou que este diploma prevê um conjunto de medidas para a cobrança

coerciva de receitas fiscais.

Segundo o ex-governante, esse princípio determina a aprovação pelo Governo de um plano anual relativo a processo de execução fiscal pendentes, tendo em vista "detectar a existência de certidões de dívidas extraídas que não tenham dado origem à instauração do correspondente processo executivo".

O plano, nos termos do previsto no projecto-lei, será apreciado anualmente na Assembleia da República, conforme adiantou Oliveira Martins, ficando o Governo obrigado a apresentar à Assembleia da República um relatório até ao final de Outubro.

MARY RODRIGUES



AÇORES

MELHOR SAÚDE COM MAIS JUSTIÇA

Os serviços de saúde pública devem ser pagos de acordo com "as possibilidades de cada um" para a garantir a sustentabilidade do sistema. Foi esta a ideia defendida pelo presidente do Governo Regional dos Açores, durante a sessão de abertura, em Ponta Delgada, das I Jornadas de Cardiologia.

Segundo Carlos César, torna-se necessário o fim da gratuidade para todos os utentes nos cuidados prestados pelos serviços públicos de saúde.

O chefe do Executivo açoriano defende que o actual sistema de saúde "é profundamente injusto e anti-social", uma vez que os que "podem não pagam, usufruem dele e têm ainda recursos para outras vias alternativas de acesso aos cuidados de saúde".

"Os que não têm outras possibilidades recorrem aos cuidados de um serviço público, que nem sempre pode responder com prontidão, pela falta de meios originada no seu subfinanciamento", acrescentou Carlos César, salientando ainda que a solução que defende "não pode ser adiada" para que seja mantida a sustentação financeira dos Serviços Públicos de Saúde, "apoiada numa política de acessibilidade e justiça social que aposte na qualidade dos serviços".

SEGURANÇA ALIMENTAR

GOVERNO PÕE EM CAUSA CONTROLO DE QUALIDADE

O Governo de direita está a pôr em causa a continuidade do processo de fiscalização da qualidade alimentar em Portugal e a bancada parlamentar do PS quer saber se o Executivo em funções vai assegurar este serviço de controlo higio-sanitário nas lotas ou se, pelo contrário, não se prevendo a resolução da situação laboral dos técnicos em questão, vai recuar nesta matéria.

Esta questão foi colocada pelo deputado socialista José Apolinário, num requerimento à Assembleia da República em que questiona também os titulares das pastas das Finanças e das Pescas sobre o número de técnicos que "asseguram na actualidade este serviço imprescindível para a segurança alimentar e confiança dos cidadãos nos produtos da pesca em fresco" e sobre a respectiva situação contratual.

Apolinário questiona ainda se as recentes declarações de Manuela Ferreira Leite devem ser interpretadas "como recusa da excepcionalidade desta situação ou ausência de iniciativa do ministro da Agricultura,

Desenvolvimento Rural e das Pescas junto do Ministério das Finanças".

Recorde-se que o Governo do PS concretizou uma previsão legal de quatro décadas contratando e melhorando a formação de cerca de 80 técnicos cuja responsabilidade é o controlo higio-sanitário do peixe fresco vendido em lota.

Estes profissionais não foram integrados na função pública por se aguardar a criação da Agência de Segurança Alimentar, a qual integraria este serviço e técnicos.

O actual Executivo já tornou pública a sua opção por um modelo diferente de controlo da segurança alimentar.

Pesca longínqua

Entretanto, José Apolinário entregou já um outro requerimento no Parlamento, desta feita sobre as intenções governativas de defender ou não, em sede comunitária, o acesso da frota portuguesa às águas da Rússia, nomeadamente dos mares de Barentz, Bering e Okhorst.



A frota portuguesa de pesca longínqua confronta-se com especiais dificuldades no acesso a novos pesqueiros dado um contexto internacional restritivo no acesso a águas internacionais e de países terceiros mas também pelo facto de Estados-membros com quotas não utilizadas não aceitarem a sua troca ainda que numa base anual.

O caso da Gronelândia é justamente apontado com exemplo desta discriminação.

Ao longo dos últimos anos a melhoria dos recursos de palmeta tem permitido um acréscimo das capturas mas só a abertura de novas possibilidades de pesca permitirá

consolidar a actual frota longínqua portuguesa. Recentemente com a celebração de um acordo de cooperação comercial entre a União Europeia e a Rússia abriu-se uma nova fase na perspectiva de negociação de um acordo de pescas entre a União Europeia e a Rússia.

No texto do requerimento assinado por Apolinário questionam-se os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas sobre a situação de Portugal no acesso aos leilões de quotas de pesca da Rússia, actualmente apenas previstos para a Suécia e a Finlândia.

M.R.



CASAL VENTOSO

PS CONTRA EXTINÇÃO DO GABINETE DE RECONVERSÃO

A anunciada extinção do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso preocupa os socialistas. Neste sentido, o deputado Vitalino Canas solicitou ao ministro da Saúde informação sobre quais as medidas que o Governo tenciona promover, isoladamente, ou em conjunto com outras entidades, nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa, para responder a uma situação de vazio gerada pela eventual extinção desta estrutura.

Num requerimento entregue à Mesa da Assembleia da República, no passado dia 20, Canas insiste também no pedido de resposta a um texto anterior sobre a situação actual dos meios de tratamento de toxicodependentes que, de acordo com o que é público, "parecem estar a atingir situações de dramática ruptura, com preocupantes efeitos na vida das

instituições e das famílias afectadas.

Na opinião de Vitalino Canas, "o Casal Ventoso deverá continuar a albergar estruturas, equipamentos e serviços de apoio a toxicodependentes que constroem uma âncora que obste à sua dispersão por outros bairros de Lisboa ou de concelhos limítrofes".

"Além disso, essas estruturas, equipamentos e serviços são um factor de estabilidade para muitos toxicodependentes que neles encontram um apoio quotidiano, cuja desapareição terá efeitos imprevisíveis", acrescenta.

Assim, o parlamentar socialista defende que "uma eventual reponderação do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso não pode nem deve implicar um desinvestimento nas respostas sociais que muitos toxicodependentes têm encontrado nas estruturas por ele geridas, em

parceria com Organizações Não Governamentais e com organismos do Estado, entre os quais o IPDT".

Antes pelo contrário, explica, "haverá todo o interesse em aproveitar esta oportunidade de reorganização do Casal Ventoso, que destruiu circuitos de fornecimento de droga e forneceu incentivos adicionais aos toxicodependentes para se submeterem a processos de desintoxicação e reabilitação, para reforçar essas mesmas respostas".

Recorde-se que esta zona de Lisboa sofreu, nos últimos anos, um processo de intensa reabilitação, a qual teve uma vertente de reconversão urbana e uma vertente de intervenção social junto da população toxicodependente.

M.R.



Associações de imigrantes, organizações patronais e sindicatos estão preocupados com as alterações que o Governo de direita pretende introduzir no quadro normativo que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional. Reunidas na Assembleia da República, numa audiência parlamentar sobre a imigração promovida pela bancada do PS, após a recusa dos deputados dos partidos que suportam o Executivo em ouvir as diversas entidades representativas do sector, as várias organizações manifestaram o seu desacordo relativamente a alguns pontos do articulado proposto pela equipa de Durão Barroso. Destaque-se que o diploma governamental sobre amanhã a plenário sob a forma de proposta de autorização legislativa e que, sem ter feito uma análise prévia da situação nem consultado os parceiros sociais, consagra, entre outros aspectos, o estabelecimento de quotas

resultantes de um relatório elaborado de dois em dois anos, prevê o agravamento das penas às redes e aos empregadores de mão-de-obra ilegal e restringe as situações de excepção para entrar em Portugal sem visto. De fora da proposta ficou a anunciada intenção de cingir o trabalho de cada imigrante a uma determinada área geográfica do País, bem como a ideia de conferir às autarquias um papel interventivo na gestão das questões de imigração. O deputado socialista Vitalino Canas abriu os trabalhos com uma intervenção introdutória na qual referiu a "postura excessivamente apressada" do Governo em legislar numa matéria cuja lei em vigor ainda não teve tempo de ser testada, alertando para a necessidade de ser instituída em Portugal uma "cultura de avaliação das leis". "Não houve tempo para avaliar a aderência da legislação à realidade e as mudanças constantes

IMIGRAÇÃO

LEI RESTRITIVA AGUDIZARÁ PROBLEMA DA CLANDESTINIDADE

do quadro legislativo gera um forte insegurança e incerteza na comunidade imigrante", observou Canas, para quem se afigura estranho que o Executivo laranja, após ter anunciado um plano sobre a imigração, tenha avançado já com "uma lei evidentemente restritiva". Sublinhando que a audição das organizações ligadas à imigração ajudaria a definir o sentido de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta matéria, Vitalino Canas criticou a recusa do Governo de proceder ao diálogo numa questão tão sensível e carente de consenso quanto a gestão da imigração. A precipitação e o autismo com que o Executivo tem tratado este *dossier* foram igualmente afloradas nas diferentes intervenções. O sentimento geral expresso foi o de que a alteração da actual legislação "é rápida de mais" e que o relatório sobre necessidades de mão-de-obra não deve ser bianual nem imperativo, uma vez que essas necessidades "são analisadas pelos empresários quase diariamente". Foi também consensual a ideia segundo a qual os imigrantes que se encontram a trabalhar em Portugal em situação ilegal não podem ser simplesmente repatriados, tendo-se registado diversos apelos a uma nova possibilidade de

legalização. Quanto ao reagrupamento familiar, considerado "mais restritivo" com a proposta do Governo, associações de imigrantes, empregadores e sindicatos concordaram na previsão da agudização do problema de clandestinidade caso seja posto em prática o previsto pelo Executivo. Os empresários presentes na audição alertaram para a necessidade de combater a economia informal que é potenciadora de "concorrência desleal". A concepção de uma política de imigração coerente foi outra pedra de toque de algumas intervenções, tendo sido unânime a urgência de garantir aos imigrantes condições de vida digna. Neste sentido, as organizações aconselharam o Governo a "melhorar as possibilidades de reagrupamento familiar", a fazer a distinção clara das máfias que exploram os imigrantes do empresário que "muitas vezes tem de contratar ilegais" para poder desempenhar o seu trabalho e a clarificar quais os regimes que podem ser considerados "excepção" e se estes podem ser usados para responder a necessidades pontuais.

MARY RODRIGUES

EDUCAÇÃO

MIOPIA DE DURÃO

A anunciada extinção do Instituto de Inovação Educativa (IIE) gerou perplexidade e inconformismo no meio docente e da investigação. Professores e investigadores juntaram-se, ontem, na sala do senado da Assembleia da República, durante uma audição parlamentar convocada pelos deputados socialistas, para manifestarem a uma só voz que a medida do Governo é "injustificada" e "absurda". Houve até quem usasse da palavra para diagnosticar uma "severa miopia política" à equipa educativa de Durão Barroso, que acaba, "sem critério e sem razão", com um instrumento "útil" e "necessário" de flexibilização das relações da entre os diferentes parceiros educativos. No encontro, a deputada do PS Ana Benavente sublinhou a importância de ouvir a opinião dos diferentes parceiros nesta matéria polémica, catalogando a decisão do Governo de extinguir o IIE como "um grande erro político e educativo". Também presente na audição esteve o parlamentar Augusto Santos Silva, que alertou para a possibilidade de uma tomada de posição consensual poder vir a "influenciar a decisão

final do Executivo nesta matéria". "Não estamos aqui para nos lamentarmos e sim para tentar alterar o destino traçado para o IIE", disse o ex-ministro da Educação. Augusto Santos Silva chamou a atenção para a "pressa" e para a "ligeireza" com que o Governo

de direita tem tomado decisões, tendo, em mais do que uma ocasião, sido obrigado a recuar. Palavras de apreço e de reconhecimento estiveram sempre presentes nas intervenções daqueles que também não deixaram passar a oportunidade de se insurgirem contra políticas

economicistas que revelam claramente a incapacidade de perceber que a ignorância sai mais cara ao País do que a educação". Ana Benavente declarou que as "economias pequeninas do Governo não convencem ninguém", uma vez que, se por um lado extinguem, pelo outro já estão a falar em criar novos organismos". A representante do IIE apresentou à audiência as suas dúvidas quanto ao futuro das funções que agora são desempenhadas pelo instituto, salientando a relação de proximidade e apoio que este tem desenvolvido junto das escolas, fundamentando as suas apreciações em diversos testemunhos escritos que se encontram acessíveis no site www.ape.co.pt/iie. A falta de uma avaliação criteriosa e de uma justificação nela fundamentada foram severamente criticadas pelos docentes, falando-se inclusive "de falta de conhecimento científico sobre educação, por parte do Governo, bem como de uma nociva "instrumentalização da noção de inovação" que em nada contribui para o desenvolvimento de Portugal.

M. R.

O QUE FAZ O INSTITUTO DE INOVAÇÃO EDUCATIVA

- Identifica, reconhece, apoia e dissemina experiências educativas inovadoras;
- Investiga problemas e necessidades de aprendizagem, de desenvolvimento curricular e organização escolar;
- Explora e desenvolve o uso educativo das tecnologias de informação e comunicação, bem como a educação para os *media*;
- Produz e certifica materiais em diferentes suportes e meios;
- Promove a auto-avaliação de escolas e a avaliação de projectos;
- Investe na formação de docentes e não docentes, em particular ensaiando modelos de formação à distância;
- Ajuda a instituir redes educativas, reais e virtuais, designadamente de escolas;
- Identifica, trata e disponibiliza informação relevante no domínio da educação;
- Estuda os próprios processos de inovação;
- Constitui uma ponte entre a escola, a administração, a investigação e a decisão política.

REQUERIMENTO

SEGURO INTERPELA GOVERNO SOBRE COMANDO DA NATO

Com vista a debater o papel de Portugal na reorganização da NATO, o deputado do PS António José Seguro propôs ao presidente da comissão parlamentar de Assuntos Europeus e política Externa, Jaime Gama, que marque uma reunião conjunta com a comissão de Defesa Nacional e os ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros. Em requerimento, Seguro considera necessários esclarecimentos sobre a reorganização da NATO

e a posição negociada de Portugal, que actualmente detém o Cincosouthlant, sediado em Oeiras. O parlamentar socialista sublinha que a NATO, de que Portugal é país fundador, “tem tido ao longo dos anos uma importância fundamental na manutenção da paz na Europa” e que as últimas alterações ao conceito estratégico da NATO “pretendem responder às novas realidades com que a Europa e o mundo se confrontam”.



JUSTIÇA

PS ACUSA MINISTRA DE CEDER A PRESSÕES CORPORATIVAS



O PS acusou a ministra da Justiça de ceder a “pressões corporativas” ao extinguir o regime de citação por carta simples, em vez da carta registada, um regime introduzido pelo Governo de António Guterres, no início do ano passado, e que visava combater a morosidade do sistema judicial. Depois de Celeste Cardona ter anunciado na Assembleia da República o fim do regime de citação por carta simples, as reacções da bancada socialista não se fizeram esperar. O ex-titular da pasta da Justiça e actual líder do GP/PS, António Costa, alertou que repor o sistema de citação por carta registada implica arranjar “um exército de funcionários” ou profissionais liberais suportados pelo cidadão. Por sua vez, o deputado socialista Osvaldo de

Castro foi mais longe e acusou o Governo de ceder “a pressões corporativas”, e em prol de “quem não cumpre as suas obrigações de cidadão para com os tribunais”, adiantando que a citação por via postal simples, uma questão que já era pacífica entre os agentes da Justiça, “provocou um aumento exponencial de citações que antes não se conseguiam efectuar”, sem que “tenha significado um aumento da litigância quanto a estes aspectos”. “Acresce que o projecto não é claro e, por um único número de um artigo (nº3 do artigo 18º - sobre a entrada em vigor do regime), arrisca-se a prejudicar toda a reforma”, acrescentou.

PROGRAMA OPERACIONAL DE ECONOMIA

SOCIALISTAS QUESTIONAM SUSPENSÃO

Os deputados socialistas Elisa Ferreira e Maximiano Martins, questionaram o Governo sobre a suspensão das candidaturas ao POE-Programa Operacional da Economia. Num requerimento entregue na Mesa da Assembleia da República, os deputados do PS solicitam ao ministro da Economia “informação detalhada sobre o seu despacho de suspensão das candidaturas ao POE, sobre o referido PPCE, que não chegou a ser facultado à Assembleia da República, e, ainda, quais as razões e condições desta decisão para um claro entendimento da situação.” Os signatários do requerimento expressam as suas “maiores preocupações pelo facto de ocorrerem decisões de suspensão administrativa incidindo, ao que parece, sobre a totalidade do POE, com graves incidências sobre o Investimento, a criação de empregos, a Inovação, as infra-estruturas de apoio à actividade económica, as estruturas associativas e todo o desenvolvimento económico e social. Elisa Ferreira e Maximiano Martins mostram também preocupação pela “instabilidade criada pelo Governo decorrente de incoerências entre decisões e contra-decisões em poucas semanas que junta a criação de um clima penalizador do consumo e do investimento – que os mercados começam a reflectir de forma dramática”.

CAPOULAS SANTOS CONSIDERA

PROPOSTA PARA A REFORMA DA PAC É PREJUDICIAL AO PAÍS

O deputado do PS Capoulas Santos considerou a “pseudoproposta” apresentada pelo Governo para a reforma da PAC “decepcionante” e “totalmente vazia de conteúdo”. Segundo o deputado do PS, o documento do Executivo de Durão Barroso “não explicita qualquer meta ou prazo e limita-se a sugerir a manutenção do actual modelo da PAC no qual o PSD tem responsabilidades acrescidas, que todos contestam e que agora até o próprio Governo considera injusto e discriminatório para Portugal”. O deputado do PS acusou o seu sucessor na pasta da Agricultura, Sevinata Pinto, de estar a insistir no actual modelo de Política Agrícola Comum (PAC), que considerou “esgotado e prejudicial ao País”. Capoulas Santos lamentou que o actual Governo “tenha esquecido” a proposta de revisão da PAC “coerente e inovadora” apresentada pelo Executivo de António Guterres na União Europeia em 2001. “A proposta de revisão da PAC visava introduzir critérios de qualidade, baseando também os apoios à produção em função de critérios como o respeito pelo ambiente e o número de postos de trabalho criados”, afirmou Capoulas Santos. Segundo o deputado do PS, “a estratégia do actual Governo em nada altera os critérios quantitativos em vigor na PAC e que são extremamente prejudiciais a Portugal”. “Ao insistir neste modelo errado, será impossível Portugal obter maiores benefícios ao nível da agricultura europeia. O País ficará refém de uma estratégia suicida e assumirá uma postura retrógrada face às tendências óbvias que se perfilam para o futuro da PAC tendo em conta a situação na UE e o contexto internacional”, advertiu o ex-ministro, lembrando que, actualmente, dentro da União Europeia, 20 por cento dos agricultores recebem 80 por cento das ajudas comunitárias.

J. C. C. B.

PENSÕES DE VIÚVAS DE ANTIGOS COMBATENTES

PORTAS RETOMA LEGISLAÇÃO DO PS

Após o anúncio público feito pelo ministro da Defesa, Paulo Portas, relativo ao aumento das pensões das viúvas e que os seus direitos vão ser repostos, os deputados socialistas Vitalino Canas e Marques Júnior esclarecem alguns aspectos desta temática. Segundo os deputados, “o actual Governo não procede, a nenhuma melhoria das pensões limitando-se a retomar a legislação do anterior Governo. Uma boa interpretação do decreto-lei sempre foi no sentido de que a pensão de preço de sangue devida ao conjugue, por morte do antigo combatente, teria o valor calculado à data da morte deste e não o valor calculado à data da lesão originadora da deficiência. Vitalino Canas e Marques Júnior sublinham que a “clarificação desta questão de natureza técnico-jurídica merece, por isso, o apoio do Partido Socialista, devendo evitar-se qualquer exploração demagógica, manifestamente injusta para quem, como o Governo do PS, procurou resolver – e resolveu! – um problema antigo, justamente o problema de muitas e muitas viúvas de antigos combatentes completamente desprotegidas.

MÁRIO LOURENÇO

NOVAS CARAS E NOVOS PROTAGONISTAS NO PS

Mário Lourenço, o militante socialista desta semana no "Acção Socialista", não tem dúvidas de que "os dirigentes, bem como os deputados do PS, têm de ir aos locais falar com as populações sobre os seus anseios e problemas, e não apenas em período eleitoral", no âmbito de uma nova cultura de trabalho político, e defende "novas caras e novos protagonistas no PS". Secretário-coordenador da Secção de Alvalade e membro da Comissão Política Concelhia de Lisboa, orgulha-se do trabalho desenvolvido por esta estrutura, liderada por Miguel Coelho, que "tem dado voz aos militantes de base".

Engenheiro electrotécnico, 51 anos, Mário Lourenço entrou para o PS em 1985 pela mão do coronel Pedroso Marques, um dos fundadores do nosso partido, tendo desde então desenvolvido uma intensa actividade partidária. Ligado desde sempre ao movimento associativo, este dirigente da Concelhia de Lisboa defende que os militantes socialistas deviam ter uma participação mais activa em associações, como, por exemplo, bombeiros, associações de moradores, clubes recreativos, e dessa forma contribuir para a defesa dos nossos ideais. Militante informado e atento à vida político-partidária, Mário Lourenço é de opinião que as secções de residência têm de se reorganizar, ganhando maior operacionalidade do ponto de vista territorial, nomeadamente através da fusão de algumas destas estruturas.

Antigo gestor da Lusa, uma experiência que classifica de "aliciante e desgastante", que lhe permitiu ver a Comunicação Social "pelo lado de dentro", considera que o Estado deve ter uma forte participação nesta área. É que, alerta, se os meios de Comunicação Social estiverem totalmente nas mãos da iniciativa privada "não são totalmente livres", uma vez que estarão permeáveis a interesses económicos ligados ao sector.

Quanto à RTP, a sua posição é clara: "Só dois canais, um generalista, e outro mais elitista, poderão assegurar o serviço público de televisão, tão necessário num país com níveis elevados de iliteracia", sublinha.

Num balanço aos seis anos de governação socialista, o secretário-coordenador da Secção de Alvalade refere que teve duas facetas, uma positiva e outra negativa. Como negativa, aponta erros cometidos principalmente nos últimos dois anos: "A aprovação de dois



Orçamentos de Estado através do deputado do queijo Limiano, um erro estratégico; a transferência maciça de dirigentes nacionais para o Governo; a ausência de uma política de esquerda na habitação, através de uma

intervenção do Estado no mercado onde imperou uma intolerável especulação imobiliária; a política de ziguezagues nalgumas questões mais delicadas; e ainda a arrogância de alguns dirigentes e ministros perante as críticas de trabalhadores socialistas de empresas, centros de saúde, escolas, face à política seguida por alguns gestores públicos".

sociológica de apoio, fazendo políticas de esquerda", lamentando, a propósito, que os governos socialistas que chegaram a ser onze entre quinze na União não tivessem chegado a equacionar uma estratégia contra a deslocalização "imoral" de empresas para fora do espaço europeu à procura de mão-de-obra mais barata, e nalguns casos escrava, em países do Leste da Europa e asiáticos. "Não se armaram, com instrumentos legais, contra estas deslocalizações", refere.

Em relação à Concelhia de Lisboa, de que é dirigente, lembra que "é uma das estruturas que mais promove debates e dá voz aos militantes de base".

Quanto à vida interna do PS, defende que é necessário "novas caras e novos protagonistas", bem como uma "nova cultura de trabalho político", que passa, na sua opinião, por uma nova postura dos dirigentes nacionais e dos deputados. "Os dirigentes e os deputados têm de ir regularmente aos locais falar com as populações, auscultar dos seus anseios e preocupações, e não apenas em período eleitoral".

"Uma oposição faz-se com estes pequenos-grandes gestos, que poderão marcar a diferença do PS em relação às outras forças partidárias, constituindo uma mais-valia. Uma alternativa de Governo constrói-se no dia-a-dia, uma vez que nas campanhas as opções de voto já estão tomadas", sublinha.

J. C. CASTELO BRANCO

PREFERÊNCIAS

Político nacional
Humberto Delgado e Mário Soares

Político estrangeiro
John Kennedy e Nelson Mandela

Acontecimento nacional
25 de Abril

Acontecimento internacional
Queda do Muro de Berlim

Escritor
Aquilino Ribeiro e Eça de Queiroz

Livro
"Miseráveis" e "Quando os lobos uivam"

Filme
"Casablanca" e "Laranja mecânica"

BENELUX

PS CONTRA DESESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA COMUNIDADES

A Comissão Política da Federação do PS/Benelux apelou ao Governo do PSD para "infectir as suas políticas de desestruturação dos serviços dirigidos às Comunidades Portuguesas, designadamente a nível da educação e dos serviços consulares".

"O PSD tem manifestado falta de coerência e hipocrisia, na medida em que, quando estava na oposição, defendia maiores dotações orçamentais para a Secretaria de Estado das Comunidades e, agora, não só se conforma como ainda por cima tem cortado ou prevê cortar em diversos serviços para poupar", refere o comunicado da Federação, adiantando que o melhor exemplo desta política "é a extinção das delegações regionais da Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, cujos serviços deveriam ter sido melhorados, para continuar a servir as nossas comunidades".



A Comissão Política da Federação do PS/Benelux, reunida no dia 23 em Roterdão, "considera preocupante a entrega do ensino da língua e cultura portuguesa a entidades privadas ou a associações", sublinhando que "este desinvestimento no ensino do português constitui um perigoso retrocesso no ensino da língua e cultura portuguesa, já que o Governo está a descartar as responsabilidades que nesta matéria obrigatoriamente deve ter".

O PS/Benelux condena também "a leviandade" com que foi anunciada alteração de validade dos concursos para professores, o que "lançou a angústia e a incerteza entre os docentes, revelando mais uma vez a determinação do Governo do PSD em desestruturar e desinvestir no ensino do português no estrangeiro".

O redimensionamento consular mereceu também a atenção da Federação do PS/Benelux, na medida em que, ao que tudo

indica, ficarão melhor servidos os diplomatas do que as Comunidades Portuguesas, as quais em alguns casos poderão perder todo o apoio de que dispunham até aqui.

Ameaça de ruptura nos consulados

Por outro lado, os socialistas do Benelux alertam para o facto de "as anunciadas dispensas dos contratados a prazo poderem afectar de forma dramática o funcionamento dos consulados, levando muitos à ruptura, já que a grande maioria dos funcionários consulares está naquelas condições".

A Comissão Política da Federação do PS/Benelux decidiu também apresentar uma moção de acção sectorial ao próximo Congresso Nacional do Partido Socialista, cuja realização está prevista para Novembro.

SUIÇA

FEDERAÇÃO DESMENTE SECRETÁRIO DE ESTADO



A Federação do PS/Suíça desmentiu recentes afirmações do secretário de Estado das Comunidades a propósito da passagem do ensino do português destinado a adultos para uma cadeia de supermercados, que afirmou ser uma decisão do Governo socialista.

Num comunicado, o PS/Suíça classifica esta afirmação de «grosseira mentira» e garante que «está em condições de confirmar e provar que tal decisão foi efectivamente tomada pelo actual Governo do PSD, por despacho datado de 29 de Abril deste ano».

«O secretário de Estado das Comunidades também tinha conhecimento deste despacho quando, num tom arrogante e

prepotente, procurou ludibriar o parlamento ao sacudir para cima do anterior Governo socialista as responsabilidades que cabem inteirinhas ao actual Executivo», acrescenta.

O PS/Suíça diz ainda que «esta não foi a primeira vez que José Cesário mente», pois começou por «mentir com a promessa incumprida do ministro-adjunto para as Comunidades; continuou a mentir ao lançar números falsos sobre os serviços prestados pelas extintas Delegações Regionais; e agora, mentiu ao Parlamento».

Para a Federação socialista, «o consulado do actual SEC constitui já uma enorme patranha que apenas contribui para aprofundar preocupações e, na opinião dos emigrantes portugueses, para fazer baixar o grau de credibilidade».

O PS/Suíça concluiu por isso que «resta a José Cesário uma única saída... a demissão».

PS SINTRA

NOVOS ÓRGÃOS ELEITOS

A lista A encabeçada pelo camarada Agnelo de Jesus Roneberg venceu as eleições realizadas no sábado para o Secretariado e Mesa da Assembleia Geral da Secção do PS de Sintra, que registaram uma grande participação dos militantes desta estrutura.

A lista A obteve 48 votos, enquanto a lista B, liderada pelo camarada Herculano Pombo, recolheu 36 votos.



FERRO VISITA DISTRITO DE PORTALEGRE

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, visita sábado os concelhos de Campo Maior, Arronches e Marvão, no distrito de Portalegre, numa jornada que inclui um debate sobre desenvolvimento das regiões do interior.

De acordo com a Federação Distrital de Portalegre do PS, o debate está marcado para o Centro Cultural de Arronches, às 11.30 horas, e conta com a participação dos deputados socialistas eleitos pelo distrito, de diversos presidentes de Câmara do Norte-Alentejano e de um membro do Governo Regional da Extremadura espanhola.

A visita do líder do PS terá início às 10 horas na aldeia histórica de Ouguela, concelho de Campo Maior, situada junto à fronteira com Espanha.

Ouguela (menos de cem habitantes) tem uma população envelhecida e é uma das muitas localidades do Alentejo com uma escola do 1.º ciclo com poucos alunos.

Segundo a Federação Distrital de Portalegre do PS, a visita a Ouguela serve como "ponto de partida e de inspiração para uma reflexão sobre o desenvolvimento das regiões transfronteiriças do Norte Alentejano". A intenção governamental de encerrar as escolas com menos de dez alunos será um dos temas que o PS/Portalegre pretende debater em Arronches.

O dia de Ferro Rodrigues na localidade de Portagem, no concelho de Marvão, termina com um piquenique no Centro de Lazer local.

ARRAIOLOS

FORMIGO É O NOVO LÍDER DA CONCELHIA

Benjamim Formigo, antigo jornalista do "Expresso", é o novo líder da Comissão Política Concelhia de Arraiolos do PS.

A lista vencedora, segundo a Concelhia, "traduz um consenso alargado e resulta do trabalho iniciado nas últimas eleições autárquicas, nas quais o PS conseguiu alcançar no concelho o seu melhor resultado eleitoral autárquico de sempre".

De salientar que, desde as eleições autárquicas, aderiram ao PS de Arraiolos mais de duas dezenas de novos militantes.

Segundo o camarada Benjamim Formigo, a criação de um núcleo local da Juventude Socialista e a entrada em funcionamento de um grupo de trabalho sindical são duas das apostas, a curto prazo, da nova Comissão Política Concelhia.

O líder do PS/Arraiolos garantiu ainda que, entre outras iniciativas, vão ser organizados encontros de reflexão e debate sobre a situação política e socioeconómica do País, com "especial atenção" às questões locais e distritais.



AÇORES

PS EM DEFESA DOS PESCADORES DA REGIÃO

O PS/Açores reivindicou um "tratamento extraordinário" das ilhas na revisão da Política Comum de Pescas, através da criação de uma "reserva" para os pescadores locais em águas do arquipélago.

Com 22 mil pessoas dependentes de um sector que representa 40 por cento das receitas regionais, os Açores não podem ver as suas águas invadidas pelas frotas europeias a partir de 2003, assistindo a uma "redução a pó de séculos de cultura", referem os socialistas açorianos em comunicado.

Para o PS/Açores, a abertura dos mares do arquipélago a embarcações estrangeiras seria,

além do mais, um acto de injustiça, uma vez que não é a frota das ilhas que "esgota os recursos de importantes áreas dos mares da Europa".

"Quem delapidou, quem sobreexplorou, quem destruiu, que pague a factura", sublinham os socialistas açorianos, lembrando que na região "sempre se desenvolveu uma pesca sustentada e de características ecológicas".

O PS/Açorianos desafiam o Governo de Durão Barroso a "abraçar com firmeza" esta exigência regional, sublinhando que sem uma área de pescas reservada, o sector, "estruturalmente frágil", cairá no "abismo".

PS/SETÚBAL DENUNCIA

GOVERNAÇÃO FORTE CONTRA OS MAIS FRACOS

O Governo de direita ainda não resolveu qualquer dos problemas do País e tem apenas como "linha de orientação comum o ataque aos mais fracos".

A denúncia foi feita pelo cabeça de lista do PS pelo distrito de Setúbal nas últimas eleições legislativas, Paulo Pedroso, durante uma conferência de Imprensa para apresentação das primeiras Jornadas Parlamentares do Distrito de Setúbal, em que também estiveram os deputados socialistas Joel Hasse Ferreira, Aires de Carvalho e Alberto Antunes.

"Temos um Governo forte com os mais fracos, nomeadamente com a população mais jovem,

como se verifica pelo fim do crédito jovem para a compra de habitação, pelo fim do Rendimento Mínimo Garantido para os menores de 25 anos e pela situação dos contratados a prazo na Função Pública", disse Paulo Pedroso.

O parlamentar do PS criticou também o abandono de alguns projectos que o anterior executivo socialista se propunha realizar no distrito de Setúbal, designadamente a construção de uma terceira ponte sobre o Tejo Barreiro/Chelas, assegurando, no entanto, que o PS vai lutar pela concretização de um projecto que considerou fundamental para o desenvolvimento do distrito setubalense.

Pedroso comprometeu-se a questionar o Executivo sobre o cumprimento das promessas eleitorais do PSD e CDS/PP.

A permanência da cimenteira da Secil na serra da Arrábida por um período de tempo limitado (de 20 anos), como foi recentemente anunciado pelo Executivo, constitui um sinal positivo para os socialistas, mas Paulo Pedroso considerou que o Governo de Durão Barroso deveria reduzir este espaço de tempo e acelerar o fim da exploração de cimento em pleno Parque Natural da Arrábida.

Na conferência de Imprensa, o deputado e presidente da Federação Distrital do PS de

Setúbal, Alberto Antunes, criticou também o "agravamento da taxa de desemprego" no distrito, em contraponto com o que aconteceu durante a governação socialista em que se verificou uma diminuição progressiva do número de desempregados.

Por sua vez, o parlamentar e presidente da concelhia do Partido Socialista do Barreiro, Aires de Carvalho, apresentou as I Jornadas Parlamentares do PS no distrito de Setúbal, que vão decorrer nos dias 1 e 2 de Julho, no Barreiro, e em que serão discutidas questões relacionadas com as acessibilidades, Cultura, Saúde e Segurança, entre outras matérias.

BRAGANÇA

FEDERAÇÃO DENUNCIA FALSAS PROMESSAS

Na sequência de declarações e tomadas de posição de vários membros do actual Governo de direita, o PS/Bragança "manifesta o maior repúdio e lamenta a política, ou falta dela, do Governo para a região do Nordeste Transmontano e em particular para Bragança".

"Face às promessas eleitorais feitas, algumas sob compromisso de honra, constatamos que afinal as promessas não passam disso mesmo, promessas, configurando uma atitude de desprezo para com esta região e pelas pessoas que ainda por aqui tentam viver", referem em comunicado os socialistas bragantinos.

Em concreto, os socialistas de Bragança criticam o ministro das Obras Públicas que declarou que o troço do IP2 entre Bragança e Puebla de Sanábria, Espanha, não se faria devido a questões ambientais, considerando "inadmissível a posição do ministro que actua com base no que lhe vão dizendo, quando se sabe que estas questões são tecnicamente ultrapassáveis desde que haja vontade política".

Relativamente ao IP4, o PS/Bragança denuncia que "o primeiro-ministro, contrariando o que ele próprio disse, apenas garantiu a construção da auto-estrada até Vila Real, ficando adiada não se sabe para quando a ligação a Quintanilha".

O PS/Bragança refere ainda que, "mais uma vez, contrariando tudo o que o PSD prometeu em campanha eleitoral, o actual Governo iniciou o processo de desmantelamento de serviços da Administração Central, prática corrente dos governos do PSD, como a Delegação dos Assuntos Consulares em Bragança, região de forte emigração, com muitos conterrâneos a regressarem às suas terras de origem e a terem de no futuro tratar os seus assuntos no Porto".

PS/COIMBRA

FAUSTO CORREIA NÃO EXCLUI CANDIDATURA ÀS AUTÁRQUICAS 2005

A Comissão Executiva Distrital (CED) que gere os destinos da Federação de Coimbra (FDC) do PS afirmou compreender os motivos que levaram três dos quatro vereadores eleitos nas últimas autárquicas a suspender ou abdicar dos respectivos mandatos.

O deputado Fausto Correia aproveitou um encontro com a Comunicação Social para defender que são "naturais" estas alterações na equipa autárquica do PS.

A equipa "foi formada para governar a autarquia", e, por isso, "é natural que as pessoas sintam uma certa frustração, que respeitamos", explicou o militante que liderou, durante vários anos, a FDC, e que assume agora, informalmente, o papel de coordenador da CED que tomou conta da distrital socialista, após a demissão do presidente, Luís Parreirão.

Fausto Correia afirmou-se convicto de que os vereadores substitutos "estarão à altura, na defesa dos interesses do partido, que não são mais do que os interesses da cidade".

Sobre a eventualidade de se candidatar à autarquia conimbricense em 2005, Fausto Correia assegurou que nada do que diz respeito a Coimbra lhe é indiferente e "certamente que as eleições não me passarão ao lado", ressalvando, porém, nunca se ter afirmado candidato.

Por ora, a CED está apostada noutras questões, como a da actualização dos ficheiros dos militantes. Em termos de combate político, os 19 elementos da CED prometem particular atenção ao PIDDAC de 2003 e à concretização de obras que deixaram lançadas.

"A comparação [entre o investimento dos governos PS e PSD no distrito] faz-se no fim do jogo", comentou Fausto Correia, para quem o actual Governo "começa mal", com a extinção do Instituto Nacional de História da Ciência e da Técnica e a ameaça de transferência, para Almada, do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária.

INCIDENTES NA FRONTEIRA DE ESPANHA

PS PROPÕE VOTO DE PROTESTO

António Costa enviou para consideração de todos os grupos Parlamentares uma sugestão de voto de protesto a aprovar pela Assembleia da República, face aos acontecimentos do fim-de-semana na fronteira de Portugal com Espanha, designadamente a agressão de que foi vítima o deputado do Bloco de Esquerda Francisco Louçã.

O líder do grupo parlamentar do PS, propôs que a Assembleia da República expresse o seu veemente protesto “pela forma como foi violada a liberdade de circulação no espaço da União Europeia, bem como pela forma arbitrária, discriminatória e não fundamentada como um conjunto de cidadãos portugueses foi considerado uma ameaça à segurança nacional e à ordem pública de um país amigo”. Por outro lado, no texto apresentado não só se manifesta solidariedade ao deputado Francisco Louçã pela agressão de que foi vítima, como no plano institucional, sublinha as boas relações e a amizade entre Portugal e Espanha.

Eurodeputados socialistas questionam Comissão e Conselho

Reagindo aos incidentes do passado dia 22 de Junho na fronteira espanhola, os eurodeputados do PS consideraram “perfeitamente inadmissível no quadro de uma União que assume o respeito pelas liberdades e direitos fundamentais como um dos princípios fundadores” a actuação levada a cabo pela polícia espanhola ao tentar impedir a entrada de um grupo de cidadãos portugueses em Espanha.

O presidente da Delegação Socialista Portuguesa no PE, ao abrigo das prerrogativas regimentais, solicitou esclarecimentos à Comissão e ao Conselho. No que toca ao Conselho, Carlos Lage quer saber que



diligências tenciona este órgão promover junto do Governo espanhol para esclarecer o sucedido, além de pretender que o Conselho se pronuncie sobre uma definição clara relativa às circunstâncias e condições que possam conduzir à suspensão das regras de Schengen. Relativamente à Comissão, a questão colocada vai no sentido de saber que medidas irá pôr em prática, na sua qualidade de guardião dos tratados, para evitar que, no futuro, as liberdades (nomeadamente as de circulação e de manifestação) e os direitos fundamentais

dos cidadãos europeus sejam postos em causa, como foram, no último fim-de-semana.

Manuel Alegre interroga Governo

A notícia divulgada pelo Público, na passada sexta-feira, segundo a qual dois polícias da esquadra de Cedofeita, “a pedido da Embaixada de Espanha” terão tentado obter, na sede do Porto do Bloco de Esquerda, uma lista com nomes de todas as pessoas que se iam deslocar a uma manifestação antiglobalização em Sevilha,

à margem da Cimeira da UE, esteve na origem de um requerimento de Manuel Alegre dirigido ao ministro da Administração Interna. Segundo o deputado socialista, esta notícia, a confirmar-se, “configura um atentado à liberdade de circulação na UE e aos direitos de manifestação, associação e reunião garantidos na nossa Constituição”, bem como “uma grave entorse à democracia e uma inaceitável ingerência de um parceiro europeu”, uma vez que, sublinha, “as autoridades espanholas não dão ordens à polícia portuguesa”.



COLAR DA ORDEM DE ISABEL

ESPAÑA DISTINGUE GUTERRES

Espanha vai atribuir a António Guterres o colar da Ordem de Isabel, a Católica, uma das mais altas condecorações do país vizinho, que tem como grão-mestre o próprio Rei Juan Carlos. A decisão, que foi tomada por proposta do chefe do Governo de Madrid, José María Aznar, é justificada pela contribuição do ex-primeiro-ministro português para as relações europeias e internacionais.

Guterres, recorde-se, já tinha sido agraciado com a Ordem de Carlos III de Espanha, quando da última visita oficial de Juan Carlos a Lisboa.



MEDEIROS FERREIRA ELEITO PARA CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

O deputado socialista Medeiros Ferreira foi eleito para representar a Assembleia da República no Conselho Superior de Defesa. No escrutínio realizado na semana passada, o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional chefiado por Mário Soares recolheu o voto favorável de 117 dos 210 deputados que votaram. Mais dois do que os 115 necessários.



Há mês e meio que os municípios da zona envolvente da Ota tentam esclarecer questões relacionadas com a construção do novo aeroporto internacional, nomeadamente em termos de planeamento, tendo pedido audiência ao ministro das Obras Públicas, e tendo recebido silêncio como resposta. Os presidentes das câmaras de Alenquer, Azambuja e Vila Franca de Xira pretendem sensibilizar Valente de Oliveira para a

necessidade de reduzir "significativamente" as medidas preventivas que têm impedido construções e o desenvolvimento de vários projectos nos três concelhos. Perante a decisão do Executivo de adiar o arranque da construção da nova aerogare para 2010, os autarcas socialistas querem saber, em primeira instância, as "linhas com que vão coser" os respectivos planos directores municipais (PDM), que actualmente se

OTA

URGEM DECISÕES E RESPOSTAS

encontram em fase de revisão. Neste contexto, desejam ver esclarecida a questão das medidas preventivas de ocupação dos terrenos destinados à pista internacional, sendo que consideram "inconcebível" a manutenção destas restrições sobre áreas tão extensas, vistos os prejuízos que as mesmas acarretam para os seus concelhos. Alenquer é o concelho mais afectado pelas restrições definidas pelo Governo de direita. Construir nas áreas de Casal Pinheiro, Carambanha, Obras Novas, Ota, Casais Novos, Cheganças e Camarnal, assim como do corredor situado entre o Carregado e a sede de concelho, está estritamente condicionado, com a agravante de as regras abrangerem projectos já com alvará, apesar de a lei não dizer se tem efeitos retroactivos. Em Vila Franca de Xira, as medidas de salvaguarda em vigor afectam sobretudo as freguesias de

Castanheira do Ribatejo e de Vila Franca. Já em Azambuja, as condicionantes impostas recaem sobre as freguesias de Vila Nova da Rainha e Aveiras de Cima. Os autarcas afirmam não compreender a demora do ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para marcar a reunião que lhe foi solicitada pelos três municípios da zona de influência do novo aeroporto, tendo em conta a "urgência de aclarar, de uma vez por todas, quais são os planos do Governo em relação ao projecto da Ota e respectivas implicações." Acresce que a falta de resposta do governante se torna ainda mais estranha quando é sabido que uma delegação de dirigentes e autarcas do PSD concelho conseguiu uma audiência, no dia 7, com o secretário de Estado das Obras Públicas, Vieira de Castro, em que alegadamente foram abordadas questões relacionadas com o futuro aeroporto.



LUZ ROSINHA AFIRMA

COMPETÊNCIAS DE JUNTAS METROPOLITANAS AQUÉM DAS EXPECTATIVAS

A presidente da Junta Metropolitana de Lisboa (JML), a socialista Maria da Luz Rosinha, considerou que o projecto de lei sobre as atribuições e competências das juntas metropolitanas fica "muito aquém das expectativas", por não acrescentar muito à lei actual. "Sabemos que esta é ainda uma proposta de trabalho aberta a qualquer melhoria e defendemos que, mesmo antes de ser entregue no Parlamento, o documento deve ser melhorado", disse. Uma das questões que a JML gostaria de ver alterada tem a ver com a possibilidade de os pareceres que esta entidade emite sobre planeamento urbanístico passarem a ser vinculativos. Quanto à criação de novas áreas metropolitanas, Maria da Luz Rosinha salienta que esta é uma questão que terá de ser analisada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e pelo Parlamento.

AVEIRO

JOSÉ MOTA ABSOLVIDO

José Mota, o socialista que preside à Câmara de Espinho e lidera a distrital do PS/Aveiro foi absolvido num processo que remonta ao início da década de 90 em que era acusado de desvio de fundos comunitários, juntamente com outros seis membros do Sindicato Democrático dos Têxteis (Sindetex), ligado à UGT. O tribunal não deu como provado o desvio de fundos nem que tivessem sido apresentados documentos falsos ao IAPMEI, absolvendo Mota e os outros arguidos, e criticou a atitude da principal testemunha de acusação, que, "movida por um sentido de vingança", deu origem a este processo. Após a leitura da sentença, José Mota, muito emocionado, manifestou o seu "alívio", depois de "ter estado sob forte suspeição durante vários meses". Admitiu que pode "cometer erros como qualquer ser humano", mas indignou-se por a sua "seriedade ter sido posta em causa". É que, sublinhou, "durante dez anos, fomos condenados publicamente, como se fôssemos portugueses que andavam a assaltar carteiras nas ruas".

ELEIÇÕES INTERCALARES

PS GANHA QUATRO ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA

O Partido Socialista foi o partido que saiu vencedor nas eleições intercalares realizadas no domingo em várias localidades do País, com a conquista de quatro assembleias de freguesia, duas com maioria absoluta, das oito que estavam em disputa. O PS venceu assim as assembleias de freguesia de Santana da Carnota, Alenquer, com 526 votos contra 201 do PSD e 186 da CDU, e de Escudeiros, em Braga, com 387 votos. As assembleias de freguesia de Avintes, em Gaia, e Viana do Alentejo, em Évora, foram também conquistadas pelo PS com 2549 e 451 votos, respectivamente. De salientar que nas freguesias de Escudeiros, em Braga, e Avintes, em Gaia, o PS ganhou com maioria absoluta.

DESCENTRALIZAÇÃO

SAMPAIO CONDECORA MÁRIO DE ALMEIDA

O Presidente da República condecorou o autarca Mário Almeida com a Grã-Cruz da Ordem de Mérito pelo trabalho à frente da Associação Nacional de Municípios. Jorge Sampaio, que presidia à cerimónia de reabertura dos Paços do Concelho de Vila do Conde, considerou aquele "um momento feliz" e lembrou ao ministro das Cidades, também presente na cerimónia, que o abastecimento de água é importante, mas que é preciso também a "criação de emprego" para se evitar a desertificação no interior do País. Nessa medida, segundo o chefe de Estado, reforço do Poder Local é fundamental. "Não podemos defraudar os portugueses quando lhes pedimos sacrifícios", observou. Sampaio apontou cinco "pilares" em que devem assentar os municípios: desenvolvimento, justiça e saúde, qualidade de vida, educação e igualdade de oportunidades. Para o Presidente, "o triunfo do poder local sobre o poder da especulação é uma batalha que tem de ser vencida". É preciso, sublinhou, "investir na qualidade" e "distinguir aquilo que é serviço público e aquilo que não tem de ser". Mário Almeida, edil de Vila do Conde e ex-presidente da Associação Nacional de Municípios, recordou ao ministro das Cidades que o dinheiro público é mais bem aplicado pelas autarquias do que pela Administração Central, defendendo ser necessário que se "canalize mais verbas para o Poder Local". No final da cerimónia, Sampaio distinguiu Mário Almeida com a Grã-Cruz da Ordem de Mérito, pela "extraordinária capacidade" demonstrada na presidência da Associação de Municípios.

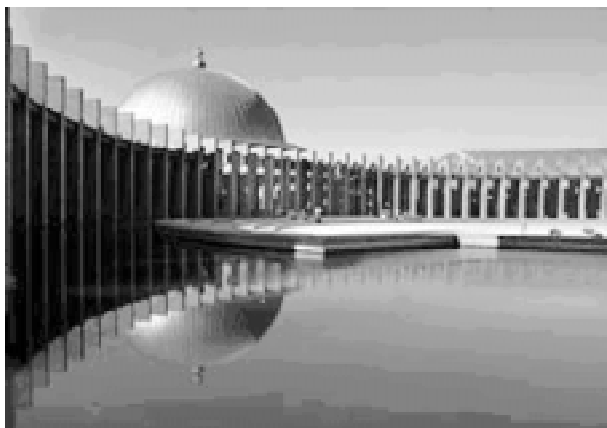
CIMEIRA DE SEVILHA

POUCAS DECISÕES NA IMIGRAÇÃO REFORMA DAS INSTITUIÇÕES E ALARGAMENTO

O calendário para o alargamento da União Europeia, o combate aos fluxos migratórios clandestinos e a reforma das instituições comunitárias estiveram em foco no Conselho Europeu de Sevilha, que ficou essencialmente marcado pela moderação ou rejeição das propostas mais controversas.

A concessão de ajudas directas aos agricultores dos países que em breve aderirão à União Europeia poderá comprometer o calendário fixado para a conclusão das negociações para a entrada dos novos membros, essencialmente devido à posição da França e, sobretudo, às eleições legislativas na Alemanha, que se realizam em Setembro próximo. O Conselho Europeu determinou, não obstante, que as negociações de adesão fiquem terminadas até final deste ano, para que o tratado de adesão possa ser assinado na Primavera de 2003 e os dez candidatos possam já integrar de pleno direito a União Europeia em 2004, ainda a tempo de participarem nas eleições de Junho para o Parlamento Europeu.

Mas há alguns problemas no horizonte. Por um lado, vários candidatos pedem igualdade de oportunidades no acesso às ajudas ao rendimento dos agricultores e aos fundos estruturais; por outro, a França, que é a grande beneficiária das ajudas da PAC, quer manter os níveis de ajudas que agora usufrui, mas a Alemanha, que é o maior contribuinte líquido para o orçamento comunitário, pelo contrário, quer reduzir os montantes destinados à União. É neste sentido que o chanceler alemão Gerhard Schroeder disse em Sevilha, dirigindo-se ao Presidente Jacques Chirac: "Espero



concessões daqueles que tiraram maior partido da PAC", considerando de seguida desejar que o alargamento não ficasse obstruído devido às querelas agrícolas.

Seja como for, os Quinze comprometeram-se a apresentar aos candidatos as suas propostas financeiras no início de Novembro.

Quanto ao combate à imigração clandestina, ficaram pelo caminho as propostas mais extremas apresentadas pela presidência espanhola e secundadas pela Grã-Bretanha, Itália, Alemanha e Dinamarca. Essencialmente, pretendiam a aplicação de sanções económicas

aos países que não se empenhassem no combate à imigração clandestina, propostas que foram recusadas pela França e pela Suécia. O resultado ficou-se apenas pela decisão de incluir nos futuros acordos de cooperação uma cláusula para uma gestão conjunta dos fluxos migratórios. Ficou também decidido cooperar com os países de imigração para no futuro haver controlos comuns de fronteira, e ao mesmo tempo procurar obter o seu apoio para a readmissão dos imigrantes ilegais.

Assim, passará a haver também uma avaliação sistemática das relações com aqueles países,

os quais, no caso de não cooperarem, serão alvo de medidas, mas tomadas por unanimidade e sem que elas possam pôr em causa os objectivos da cooperação e do desenvolvimento. Quanto à proposta do Comissário António Vitorino de criar um corpo integrado de polícia europeia para fazer a gestão comum das fronteiras externas, o Conselho Europeu não lhe deu luz verde, preferindo optar, por enquanto, pela criação de uma rede de oficiais de ligação e pela realização de operações comuns em portos e aeroportos.

O dossier europeus propostos pelo comissário António Vitorino sobre a gestão comum do asilo e da imigração, a definição do estatuto de refugiado, política de asilo ou reagrupamento familiar, ou mesmo a admissão de trabalhadores estrangeiros em alguns sectores económicos carentes, ficou ainda a aguardar uma maior abertura por parte dos Estados-membros.

Quanto às propostas para a chamada reforma das instituições, elas foram todas afastadas: a criação de um presidente da União Europeia, em detrimento da rotatividade semestral das presidências, a criação de uma estrutura piramidal com comissários e vice-presidentes coordenadores que manteriam na sua dependência comissários responsáveis por domínios sectoriais, a tomada de decisões por maioria qualificada em função do peso demográfico de cada país (e não apenas por consenso) e a divisão em dois do Conselho de Ministros dos Assuntos Gerais, que mensalmente reúne os responsáveis dos Negócios Estrangeiros dos Quinze.

JOSÉ LAMEGO

PS NO CONGRESSO DOS TRABALHISTAS ISRAELITAS

O Partido Socialista estará presente no Congresso do Partido Trabalhista de Israel, que se realiza em Telavive nos próximos dias 1 e 2 de Julho. A representação portuguesa será feita pelo responsável pelo Departamento de Relações Internacionais do PS, José Lamego. O Partido Trabalhista considera o congresso "extremamente importante" na medida em que será votada uma nova plataforma que determinará o seu futuro enquanto partido político e também o do mapa político de Israel. As deliberações e resoluções estão reservadas para o segundo dia dos trabalhos.

De referir que, na Cimeira de Sevilha, os líderes dos Quinze aprovaram uma declaração em que se defende a convocação de uma conferência internacional para impor a



israelitas e a palestinianos uma solução política duradoura, assente no reconhecimento mútuo dos dois Estados.

Por outro lado, o National Democratic Institut organiza, em Washington, um encontro em que os temas em discussão serão a criação de uma parceria internacional para o desenvolvimento dos partidos políticos. Participam responsáveis pelas relações internacionais de partidos socialistas de diversos países. José Lamego será o representante português.

Os encontros realizam-se nos dias 27 e 28 de Junho, sendo abordados temas relacionados com a democracia, o reforço das relações entre os partidos políticos irmãos e os países em que eles desenvolvem a sua actividade.

ENTREVISTA A SÉRGIO SOUSA PINTO

DIREITA DRAMATIZA IMIGRAÇÃO DE FORMA DEMAGÓGICA E INACEITÁVEL

O eurodeputado Sérgio Sousa Pinto, membro da Comissão das Liberdades e Direitos dos Cidadãos e dos Assuntos Internos, em entrevista ao "Acção Socialista", considera que os resultados do Conselho Europeu de Sevilha foram "um fiasco indistigável". Com uma União Europeia quase só dirigida por governos de direita, pôr a imigração como tema central de um Conselho Europeu nos moldes em que foi feito é "uma dramatização demagógica inaceitável". Para os socialistas, é uma prioridade política combater esta psicose que a direita está a criar na Europa em torno da imigração. Sérgio Sousa Pinto afirma que em Sevilha a montanha pariu um rato e que os resultados da Cimeira foram nulos.

O Conselho Europeu de Sevilha apresentou algumas propostas radicais para combater a imigração. No entanto, essas propostas acabaram por ser rejeitadas. Que comentário faz?

Foi o bom senso que prevaleceu. Em matéria de imigração, o Conselho Europeu foi um fiasco indistigável e que constitui um péssimo sinal para o que pode vir a ser a próxima Conferência Intergovernamental. Isto é a prova de que os governos de direita, que agora estão no poder em quase todos os Estados-membros, estão a trazer a Europa para um impasse. É o sinal de que não será possível para a próxima CIG implementar as reformas de que a Europa e os europeus precisam e que estão na base dos problemas que eles gostariam de ver resolvidos. Este estado de coisas é agravado com o facto da próxima presidência da União, que caberá à Dinamarca, ser ultraconservadora e ter propostas xenófobas em matéria de imigração.



E entre o que ficou decidido, as medidas parecem de pouco alcance, como é o caso de incluir nos futuros acordos uma cláusula para gestão conjunta dos fluxos migratórios, ou a avaliação sistemática das relações bilaterais?

Isto não produzirá quaisquer efeitos. O que deveria ter sido aprovado e os líderes dos Quinze chumbaram foi a proposta do comissário António Vitorino de fazer uma vigilância comum nas fronteiras externas da

União Europeia. Isto revela as pretensões dos Governos de praticar cada um a sua política nestas matérias. Já no passado chumbaram a uniformização dos vistos e dos bilhetes de identidade.

Portanto, os resultados são muito escassos? Os resultados são nulos. O que ficou decidido é apenas para que os Estados-membros possam salvar a face. Por outro lado, temos justificado orgulho nos Estados-membros,

como a França e a Suécia, que se souberam opôr àquelas propostas inqualificáveis de penalizar economicamente os países que não controlassem os fluxos migratórios. Foi isso que permitiu à União Europeia salvar a sua tradição humanista.

Todas aquelas propostas que vinham do Conselho Europeu de Tampere e que tiveram o comissário António Vitorino como principal inspirador continuam a aguardar melhor aceitação...

Isso só prova que os Estados-membros em Tampere assinaram aqueles compromissos com uma reserva mental. É que já todos sabem que as questões de segurança não podem ser tratados à escala nacional. Esta cimeira construída em torno da dramatização demagógica dos problemas da imigração era só para dar à opinião pública europeia uma satisfação. Os Estados-membros inventaram esta bolha política apenas por motivos eleitoralistas. Como se desta Cimeira pudessem sair soluções fáceis e simplistas...

Trata-se então de um empolamento pelos governos e partidos de direita de uma questão que mereceria ser tratado com maior ponderação?

Para nós, socialistas, é uma prioridade política combater este exercício demagógico que a direita faz em torno da imigração. Não podemos mais uma vez estar a criar uma psicose na Europa que não tem a dimensão que lhe foi atribuída. As propostas eram, de facto, inaceitáveis e demagógicas. E o resultado político do Conselho Europeu de Sevilha foi nulo. A montanha pariu um rato.

FUTURO DA EUROPA

ANTÓNIO VITORINO PRESIDE A GRUPO SOBRE CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A Convenção sobre o Futuro da Europa decidiu criar seis grupos de trabalho que terão os seus encontros até ao final de Setembro, estando previsto que cada um realize oito reuniões. O comissário português António Vitorino foi escolhido para presidir ao grupo sobre a Carta dos Direitos Fundamentais.

A tarefa deste grupo de trabalho é saber quais as consequências da inclusão da Carta dos Direitos Fundamentais no Tratado (na eventualidade disso acontecer), e quais as modalidades em que poderia ser feito. Fica também, encarregue de estudar as consequências de uma adesão da União



Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Os restantes grupos de trabalho incidem sobre o papel dos parlamentos nacionais, o princípio de subsidiariedade, competências complementares entre Estados-membros e instituições comunitárias, personalidade jurídica da União Europeia e governança económica.

Na última reunião da Convenção, que se realizou em Bruxelas, em 6 e 7 de Junho, as discussões incidiram sobretudo no reforço do espaço europeu de liberdade, segurança e justiça e no papel dos parlamentos nacionais na arquitectura europeia. Para além de António Vitorino que

participa nos trabalhos da Convenção em representação da Comissão Europeia, os restantes socialistas portugueses são o eurodeputado Luís Marinho e o deputado da Assembleia da República Alberto Costa.

Entretanto, o presidente da Convenção, o francês Valérie Giscard d'Estaing, apresentou aos líderes dos Quinze, em Sevilha, o ponto da situação dos trabalhos em curso. Giscard d'Estaing manifestou as suas reservas quanto à manutenção das presidências rotativas da União Europeia, um dos assuntos que foi abordado (e rejeitado) no contexto das reformas das instituições.

EUROPA NO PARLAMENTO

SANEAMENTO POLÍTICO É ESCÂNDALO NACIONAL

O saneamento político do embaixador na ONU, Seixas da Costa, prestigiado secretário de Estado dos Assuntos Europeus nos governos do PS, e os incidentes na fronteira de Vila Verde de Ficalho/Rosal de la Frontera dominaram quase por completo o debate mensal que quarta-feira decorreu na Assembleia da República, que desta vez foi dedicado à Europa e aos resultados do Conselho Europeu de Sevilha.

A primeira intervenção da bancada do PS foi feita pelo secretário-geral, Ferro Rodrigues, que não se eximiu a concordar com a postura do Governo na Cimeira de Sevilha ao não ter aderido às propostas radicais apresentadas pela presidência espanhola, que defendia a aplicação de sanções aos países que não se empenhassem no controlo dos fluxos migratórios.

“Esperemos agora - disse Ferro Rodrigues - que o Governo não estrague no plano interno a postura humanista que teve na Cimeira de Sevilha”. Já quanto aos incidentes na fronteira de Ficalho/Rosal, o secretário-geral do PS considerou que a posição do Governo foi “fraca e descoordenada”.

Sobre o saneamento político de Seixas da Costa, cujo currículo e competência é unanimemente reconhecido por todas as chancelarias, considerou tratar-se “de um escândalo nacional” e que o Governo está a privilegiar “comportamentos de mesquinho sectarismo político”. “Não há memória de um embaixador ter saído assim contra sua vontade. Os argumentos que o Governo apresentou para justificar a transferência de Seixas da Costa para a OSCE são ridículos”, disse. Manuel Alegre insistiu na afronta que foi a agressão da autoridades espanholas a um deputado português, e Vera Jardim voltou ao

saneamento de Seixas da Costa, considerando que, acima de tudo, foi o prestígio de Portugal que ficou afectado.

Dada a manifesta insatisfação das respostas dadas pelo primeiro-ministro, António José Seguro insistiu nas mesmas questões e acrescentou mais alguns temas, de que se destaca o futuro do comando da NATO em Oeiras. Como Durão Barroso não respondeu a nenhuma das questões, António José Seguro insistiu. Só então se percebeu a incomodidade de uma das perguntas. É que, como admitiu o chefe do Governo, “Está em curso uma revisão dos postos da NATO e o subcomando de Oeiras está em causa”.

Integração dos direitos fundamentais no Tratado

Discutiu-se também na passada sexta-feira, na Assembleia da República, o andamento dos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa. Pelo Partido Socialista intervieram Alberto Costa, representante do Parlamento na Convenção, e António José Seguro, coordenador do PS para os Assuntos Europeus.

Alberto Costa deu conta do andamento dos trabalhos na Convenção e defendeu que a Assembleia da República faça debates trimestrais com a participação activa do Governo. E este acompanhamento é tanto mais importante quanto se notam “alguns sinais perturbadores, que têm a ver com o facto de instâncias europeias, em simultâneo e às vezes, em sobreposição com a própria Convenção, estarem a adoptar iniciativas, projectos e propostas, desenhos institucionais que lançam



dúvidas nos espíritos europeus sobre a verdadeira natureza dos propósitos que acompanham este momento tão promissor mas, por outro lado, tão preocupante da vida europeia”.

Por sua vez, António José Seguro defendeu a integração da Carta dos Direitos Fundamentais no futuro Tratado, a necessidade da União Europeia ter uma personalidade jurídica e a simplificação dos tratados.

“Há necessidade de clarificação de competências

entre a esfera nacional e a europeia”, disse, acrescentando que não é aceitável o desvirtuamento do princípio da subsidiariedade que possa levar os Estados mais ricos a deixar de contribuir com mais dinheiro para o orçamento da União Europeia.

O deputado referiu-se ainda à importância da manutenção do princípio da coesão económica e social e ao reforço do papel fiscalizador dos parlamentos nacionais.

QUEIXA DE ANTÓNIO CAMPOS

PROVEDOR DE JUSTIÇA “APERTA” COMISSÁRIO FISCHLER

O provedor de Justiça europeu, Jacob Soderman, interpelou o comissário responsável pela Agricultura, Franz Fischler, para que dê resposta aos pedidos de esclarecimento do eurodeputado António Campos, sobre quem são os maiores beneficiários do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA).

Insatisfeito por as várias tentativas de pedidos de esclarecimento ao comissário Franz Fischler não trazerem as informações pretendidas, António Campos decidiu interpellar o Provedor de Justiça Europeu, para ultrapassar a recusa da Comissão Europeia em fornecer os elementos pretendidos. “Informe-me - afirma o provedor de Justiça europeu numa carta enviada ao eurodeputado - o presidente da Comissão Europeia da sua queixa,

convidando-o a enviar-me até 30 de Setembro de 2002 todas as informações pertinentes sobre este assunto. Estas ser-lhe-ão então enviadas para que as possa comentar”.

O eurodeputado socialista pretende saber: Quanto recebem os 100 maiores beneficiários do Feoga-Garantia de cada um dos 15 países da União; Qual a percentagem do Produto Agrícola Bruto que representa a produção desses 100 maiores beneficiários em cada país; Qual a percentagem do FEOGA-Garantia de cada país recebida pelos 100 maiores beneficiários; e qual o número de trabalhadores que empregam esses 100 maiores beneficiários.

Numa carta aberta dirigida aos socialistas do Parlamento Europeu, António Campos considera

que a PAC, voltada para a quantidade produzida e subsidiando forte e prioritariamente as produções que ocupam menos mão-de-obra, deu um grande contributo para a elevada concentração das explorações agrícolas e acelerou de forma impiedosa a desertificação rural.

“Os subsídios são concedidos em função da exploração agrícola e da quantidade produzida, o que significa que eles são obtidos na sua quase totalidade pelos agricultores maiores e mais produtivistas, criando profundas injustiças, contribuindo para um risco crescente da qualidade e da segurança alimentar e fomentando muitas vezes um aumento desnecessário das agressões ambientais bem como da utilização dos recursos

naturais não renováveis”, afirma.

“Para - continua - se ter a noção com algum rigor da dimensão catastrófica da desertificação rural entretanto ocorrida e do aumento em flecha da produção registada no sector, basta referir que, nos anos 50, a agricultura europeia ocupava 45 por cento da população, ao passo que hoje são menos de 5 por cento os que nela trabalham e produzem oito vezes mais”.

A Política Agrícola Comum, cuja reforma será discutida na próxima sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, apresenta profundos desequilíbrios, bastando para isso referir o caso de Portugal, que é um dos Estados-membros com mais agricultores e um dos que menos recebe do FEOGA-Garantia.

Se os meios hoje disponíveis fazem com que soluções indispensáveis só se tornem, eventualmente, aplicáveis daqui a anos – é frustração o que estamos a gerar naqueles que agora olham com esperança o anúncio de novas armas europeias de luta contra o crime. Nesta luta, não são boas as armas que precisam de anos antes de poderem ser usadas.

Os europeus já perceberam que os mais graves factores de insegurança e as mais perigosas ameaças criminais que hoje defrontamos não podem ser eficazmente combatidas no limitado quadro nacional e requerem soluções europeias. É hoje também perceptível que a realização de justiça, em número crescente de casos, exige, uma actuação a nível europeu, para lá dos instrumentos clássicos de cooperação judiciária.

Não podemos desiludir os europeus acolhendo em palavras as suas expectativas, já elevadas, a respeito de um prometido espaço comum de liberdade, segurança e justiça, e não consagrando depois as competências e os meios indispensáveis para passar à acção em tempo útil.

Para ser eficaz neste domínio, a União deve evitar a dispersão de esforços e concentrar a sua intervenção, de forma selectiva, sobre as ameaças criminais de maior gravidade, como a criminalidade organizada e o terrorismo que atravessam fronteiras. É aí que é mais imediato o valor acrescentado da Europa. Para se poder decidir em tempo – e é preciso ter presente que a luta contra o crime e a insegurança é também uma luta contra o tempo – as decisões devem passar a ser, por regra, por maioria qualificada. Está feita a prova da dificuldade de progredir doutro modo.

Os outros elementos característicos do método comunitário são também desejáveis neste sector, ajudando, além do mais, a reduzir o défice de controlo democrático que hoje se verifica. Mas não seria produtivo que os alinhamentos para a reforma se reduzissem a ser a favor ou contra a comunitarização. Os instrumentos específicos desta área, há que dizê-lo, não provaram. Temos de passar a consagrar e a lançar mão desse meio experimentado que é o regulamento para atingir níveis de eficácia indispensáveis.

Se os meios hoje disponíveis fazem com que soluções indispensáveis só se tornem, eventualmente, aplicáveis daqui a anos – é frustração o que estamos a gerar naqueles que agora olham com esperança o anúncio de novas armas europeias de luta contra o crime. Nesta luta, não são boas as armas que precisam de anos antes de poderem ser usadas.

Quer a nível nacional quer a nível europeu, não há estrutura de tipo policial que adquira credibilidade sem que possa apresentar operacionais visíveis.

À Europol devem ser atribuídos, além do mais, poderes operacionais, a exercer em associação com

PARA UM VERDADEIRO ESPAÇO EUROPEU DE LIBERDADE SEGURANÇA E JUSTIÇA

estruturas nacionais, com referência àquelas ameaças criminais sobre as quais a Europa se deve concentrar.

Quer as novas responsabilidades quer o intercâmbio de informações policiais e de segurança já em curso devem ser submetidas a controlo, além de democrático, jurisdicional. Tribunal de Justiça e tribunais nacionais, numa forma articulada, devem ser admitidos a um papel nesse controlo: tal constitui um elemento imprescindível da cidadania.

A responsabilidade pela segurança comum não começa nem termina na fronteira, mas tem nela uma linha essencial.

Uma responsabilidade comum pelas fronteiras europeias deverá ser assumida e traduzir-se na previsão de um serviço comum com competências respeitantes à fronteira externa.

Em vários dos nossos países, muitos esforços foram feitos para tornarem as polícias mais eficazes e confiáveis. No plano europeu, as actividades policiais e de intercâmbio de informações de qualquer tipo não se desenvolverão sequer se não puderem ser eficazes e confiáveis à partida. Consagremos então, em simultâneo, a capacidade dessas estruturas para atingir resultados palpáveis e também a sua subordinação inequívoca a controlo jurisdicional e parlamentar.

O espaço de liberdade, segurança e justiça é hoje uma esperança. Serão as escolhas institucionais que temos pela frente, e que integrarão o futuro tratado constitucional, que decidirão da sua conversão numa realidade verdadeiramente operativa.



ALBERTO COSTA

Portugal, que representa menos de 4 por cento da pesca comunitária, regista 60 por cento das infrações graves comunicadas à Comissão Europeia de acordo com o seu último relatório relativo a 2000. Será que é em Portugal que há muitas infrações, ou será que é antes em Portugal que - pesem embora as clamorosas e flagrantes falhas de controlo - se faz o controlo mais sério da Comunidade?

1. Amigos da pesca e amigos do peixe

Após longos meses de uma gestação por demais acidentada, a Comissão Europeia apresentou o seu pacote de reforma da política comum das pescas (PCP).

Como que em resposta ao grupo de seis países da periferia meridional e ocidental que se tinham unido sob a forma de "Grupo de Amigos da Pesca", logo se formou em contraposição um autodenominado "Grupo de Amigos do Peixe".

É inegável que vários stocks de peixe em numerosos pesqueiros sofreram processos predatórios que os afectaram gravemente ou levaram mesmo à sua extinção, e que medidas radicais são necessárias para parar e inverter o processo de degradação em curso.

Da mesma forma há que assinalar que nesta proposta existem várias pontos positivos em termos de conservação dos recursos, como o sejam a generalização da localização obrigatória por meio de GPS, a criação de uma inspecção europeia das pescas, a penalização dos Estados que não fazem cumprir as regras de controlo das pescas, ou um maior papel e envolvimento dos meios científicos.

A contestação cega e de princípio a estes pontos serviu para que a Comissão Europeia tenha conseguido esconder até agora as consequências negativas da sua proposta, nomeadamente, do ponto de vista da pesca sustentável de que se reclama defensora.

2. O que a proposta não diz

O problema central desta reforma que pretendia ser inovadora e radical é o de saber se um modelo de gestão das pescas europeias centralizado em Bruxelas - sujeito à negociação entre Estados - determinando o número de navios, a sua capacidade, o seu esforço de pesca (ou seja o número efectivo de horas empregues na pesca) e as capturas autorizadas faz sentido nos nossos dias, e se ele é capaz de responder aos desafios que enfrentamos.

Não há prática de estabelecimento de relatórios científicos objectivos e independentes que determinem as possibilidades de captura por espécie e por zona, que sejam divulgados e analisados de forma transparente e que sejam depois projectados de forma politicamente consistente, mas antes um processo de regateio político que se estende do nível dos comités científicos aos dos Conselhos das Pescas e passa pelas restantes instituições europeias em que a vítima é sistematicamente a ciência, o pescador artesanal e as espécies selvagens ameaçadas.

Não há tão pouco qualquer prática de um controlo eficaz, harmonizado e rigoroso do que se passa a nível das pescas. A título de exemplo, Portugal, que representa menos de 4 por cento da pesca comunitária, regista 60 por cento das infrações graves comunicadas à Comissão Europeia de acordo com o seu último relatório relativo a 2000. Será que é em Portugal que há muitas infrações, ou será que é antes em Portugal que - pesem embora as clamorosas e flagrantes falhas de controlo - se faz o controlo mais sério da Comunidade?

POLÍTICA COMUM DAS PESCAS EM REVISÃO

Igualmente, não há a compreensão ou vontade de compreender que falar em pescas na Europa em termos de "toneladas" e potência instalada é misturar coisas diversas como a pesca artesanal ou pequenos stocks piscícolas insulares com stocks de peixes migratórios e fábricas flutuantes de extermínio de qualquer ser vivo aquático armadas da mais moderna tecnologia de detecção, comunicação e captura.

Desse ponto de vista, o aspecto mais preocupante da proposta da Comissão é exactamente o da abertura dos mares da Zona Económica Exclusiva dos Açores - que, convém recordar, é a mais extensa da Europa - e dos seus bancos de pesca às frotas comunitárias.

3. Amigos da aquacultura

Disse o senhor comissário Fischler a terminar o seu debate no Parlamento Europeu que era preciso continuar a autorizar a pesca de peixe para ser transformado em farinha de peixe, porque senão não teríamos forma de desenvolver a aquacultura (mais precisamente, a aquacultura de carnívoros como o salmão ou a truta).

A piscicultura de espécies carnívoras como o salmão, é hoje apontada como uma das principais ameaças à pesca sustentável no mundo, dado que são precisas cerca de três quilos de peixes selvagens como a faneca, o arenque, anchovas ou a sardinha, para produzir industrialmente um quilo de salmão. Calcula-se que dez milhões de toneladas anuais de peixe selvagem estejam a ser destruídas no mundo para a produção industrial de carnívoros como o salmão (quase o dobro de toda a pesca da União Europeia a quinze).

Para além disso, a cultura industrial do salmão é uma das maiores fontes de poluição química e encontra-se hoje sob a suspeita de introduzir grandes quantidades de toxinas e outros químicos perigosos na alimentação humana, para além da contaminação química e biológica que está a causar nos oceanos.

Entre estes peixes considerados "incomestíveis" por seres humanos encontra-se a faneca, que quase desapareceu dos nossos mares, e por acréscimo dos nossos pratos, e que está a ser pescada às centenas de milhares de toneladas para alimentar esta cadeia industrial poluidora e predatória.



PAULO CASACA

“DIPUTADOS DE LAS CORTES AGREDIDOS POR LA POLICIA PORTUGUESA”



ANTÓNIO GALAMBA

e a presidente das Cortes espanholas já exigiram ao Governo português um pedido de desculpa formal pelos incidentes ocorridos, tendo apresentado “um firme protesto”.

Este é um dos cenários possíveis se os deputados agredidos e os cidadãos impedidos de circular no espaço europeu abrangido pelo Acordo de Schengen fossem espanhóis. Em vez disto, assistimos a uma omissão quase total dos incidentes de Rosal De La Frontera nos órgãos de Comunicação Social espanhóis e a um Governo português frouxo e com a acção hipotecada. Os mesmos órgãos de Comunicação Social que se entretêm a inventar ondas anti-espanholas; o regresso do síndrome de Aljubarrota e outros pseudo-estados de espíritos nacionais, ignoram por completo uma situação indigna do povo espanhol

A TVE-Radiotelevisão Espanhola-abriu o telejornal com a notícia das agressões na fronteira com Portugal rotulando-a de “gravíssimo incidente” em que representantes do povo espanhol foram impedidos de aceder ao território de um Estado-membro. O “El País, jornal de referência, fez manchete com a notícia “Representantes do povo insultados”, em Portugal, a livre circulação de pessoas e bens é um princípio de geometria variável, à vontade dos humores do Governo português. Dois deputados das Cortes e vários membros de partidos com representação nas Cortes de Espanha foram agredidos e insultados, ao serem barrados pela “Guardia Civil” por razões de segurança interna. A Rádio Nacional de Espanha em peça de abertura dos noticiários apelidou de “psicose provinciana e terceiro-mundista” a forma como o Governo português procedeu à suspensão do Acordo de Schengen para impedir que cidadãos europeus pudessem participar numa manifestação legalmente convocada. O Rei de Espanha, o presidente do Governo

Este é um dos cenários possíveis se os deputados agredidos e os cidadãos impedidos de circular no espaço europeu abrangido pelo Acordo de Schengen fossem espanhóis. Em vez disto, assistimos a uma omissão quase total dos incidentes de Rosal De La Frontera nos órgãos de Comunicação Social espanhóis e a um Governo português frouxo e com a acção hipotecada.

criada pela “Guardia Civil” a mando do Governo do senhor Aznar. O senhor Aznar que na ânsia de querer mostrar serviço, não podendo proibir a greve geral de 20 de Junho ou as manifestações antiglobalização organizadas por cidadãos espanhóis, resolveu delapidar o capital de confiança e de boa vizinhança construído ao longo de anos. O Senhor Aznar tem de saber que não vale tudo, que na Cimeira da Lisboa, organizada pela presidência Portuguesa da UE, certamente milhares de espanhóis participaram na grande manifestação de sindicalistas, sem qualquer incidente na fronteira ou ofensa gratuita aos mais elementares valores da cidadania europeia. Embora, com resistência, começo a acreditar que para os espanhóis, ou melhor para alguns espanhóis, os factos só ocorrem quando estão em causa cidadãos, entidades ou interesses espanhóis. O branqueamento deste incidente e o facto de o problema da arbitragem no Mundial 2002 só ter sido tema quando a selecção espanhola foi vítima de erros graves permite-nos concluir nesse sentido.

Este tem de ser um caso exemplar, as restrições aos direitos dos cidadãos europeus não podem ser introduzidas à socapa; por motivos inválidos ou a bel-prazer dos Estados-membros. Uma situação exemplar porque se a “Guardia Civil” tem o comportamento com deputados da Assembleia da República que gozam de um estatuto especial, o que não farão com os outros cidadãos? Basta que o senhor Aznar ou um dos senhores Aznares que integram os governos da Europa entendam que a melhor forma de contornar as contestações é suspender a aplicação de elementos estruturantes da construção europeia. Porque do Governo português não podemos esperar mais do que uma atitude de satélite ou de quem parece dever alguma coisa a alguém, estamos confrontados com um imperativo de cidadania: exigir um pedido de desculpas formais do Governo espanhol e desenvolver as iniciativas necessárias para que este tipo de restrições não ocorram nos corredores da COREPER, do Palácio das Necessidades ou de São Bento, à revelia e com desconhecimento dos titulares dos direitos limitados: o Povo. O nosso Governo frouxo considera que os incidentes estão “absolutamente encerrados”, como se fosse admissível que, por via do impedimento a que estiveram sujeitos os portugueses, se pudesse deduzir que, ao invés de outras, a manifestação anti-globalização de Sevilha decorreu sem incidentes porque não participaram portugueses. É que no limite do ridículo, poderemos reintroduzir os controlos das fronteiras terrestres e aéreas por ocasião do Euro 2004 para impedir que as claques apoiem as respectivas seleções por razões de segurança interna, a começar pela espanhola.

DA REFORMA SILENCIOSA AO RUÍDO POPULISTA



PEDRO ADÃO E SILVA

Aliás, os efeitos de contaminação do RMG fizeram-se sentir não apenas sobre as restantes políticas públicas, mas também em outros países europeus, nomeadamente os da coesão, que viram na medida criada em Portugal um exemplo a seguir. Para além do mais, os dados sobre o impacto do RMG na diminuição das desigualdades falam por si. Não só a medida é particularmente eficaz na resposta aos mais pobres entre os pobres, como, de acordo com números do Eurostat, exactamente no ano em que o RMG entrou em vigor, Portugal viu a sua taxa de pobreza diminuir. Não serve isto para esconder que o RMG teve e tem problemas. Estranho seria que uma medida inovadora não os tivesse. Contudo, a sua introdução esteve na génese de um processo reformista, que como todas as reformas consequentes faz o seu caminho silenciosamente, mas com impacto estrutural no conjunto do sistema.

O novo Governo, na senda das declarações populistas, irresponsáveis e incendiárias que nomeadamente o ministro de Estado, Paulo Portas, sempre dedicou ao tema, procurou pôr em causa este direito. Se numa primeira fase a ideia parecia mesmo, pura e simplesmente, acabar com a medida, numa segunda fase avançou-se para a solução preguiçosa e fácil: mudar alguma coisa para que tudo ficasse na mesma. E o grave é que o pouco que foi mudado serve apenas, por um lado, para reforçar os mais contraproducentes dos preconceitos sobre a pobreza e, por outro, para incorrer num conjunto de erros técnicos, que aliás começam já a ser uma constante em apenas três meses de governação. Como se tal não bastasse, a proposta de lei que a AR aprovou é acompanhada de uma exposição de motivos que é provavelmente o texto mais

A criação do direito a um Rendimento Mínimo Garantido (RMG) representou uma ruptura profunda com as intervenções tradicionais de luta contra a pobreza. Com o RMG, Portugal reconheceu colectivamente que tinha e tem um problema sério de desigualdades extremas e que, para lhes fazer face, o Estado deveria assumir um papel mais activo, consagrando o direito a um mínimo de recursos materiais, fora de uma lógica de seguro social, associado à disponibilidade para a inserção. Afinal, o que a história nos ensina é que, entre outras razões, com a intervenção reduzida do Estado e séculos de subsidiariedade a sociedade portuguesa apresenta níveis de persistência e reprodução geracional da pobreza intoleráveis.

No entanto, o RMG, pelo seu papel simbólico e detonador de uma nova geração de políticas sociais, foi também um elemento fundamental para a reforma da arquitectura geral do nosso sistema de protecção social, que se aproximou dos modelos dos parceiros europeus.

O novo Governo, na senda das declarações populistas, irresponsáveis e incendiárias que nomeadamente o ministro de Estado, Paulo Portas, sempre dedicou ao tema, procurou pôr em causa este direito. Se numa primeira fase a ideia parecia mesmo, pura e simplesmente, acabar com a medida, numa segunda fase avançou-se para a solução preguiçosa e fácil: mudar alguma coisa para que tudo ficasse na mesma.

reaccionário e ultramontano da história da produção legislativa portuguesa desde 1974. Felizmente que as exposições de motivos não constam dos textos a publicar como lei, se assim fosse era o Estado português, democrático e fundado na modernidade, que sairia envergonhado.

Sem nunca o assumir claramente, a nova lei violenta a promoção da autonomização e emancipação que deve presidir às políticas públicas. Na verdade, não só lhe está subjacente uma naturalização da família, própria de quem conservadoramente confunde políticas de família com visões passadistas da família como, naquilo que começa a ser uma dominante da acção deste governo, exclui arbitrariamente os jovens deste direito, e quase exclusivamente os jovens de sexo masculino. Mas, no que parece ser o exemplo acabado de paternalismo e de visão caritativa, a lei do PSD/PP prevê a concessão de parte da prestação em vales sociais. Entramos aqui no domínio da estigmatização dos pobres, da sua etiquetagem e da potencialização da sua vergonha. Não compreender que ter um mínimo de recursos materiais é em si mesmo um poderoso mecanismo de promoção da inserção é, não só não perceber o fenómeno da exclusão social, como, porventura mais grave, não compreender o papel do dinheiro na estruturação das relações sociais nas sociedades desenvolvidas. Substituir parte da prestação por vales, para além dos conhecidos problemas que lhes estão associados, de que a promoção de mercados paralelos de vales não é o menor, serve apenas para reforçar uma lógica caritativa, não emancipadora e pré-moderna que estava afastada das políticas sociais. Aliás, não admira que, em mais um exemplo de que afinal nada se muda, o Governo tenha remetido este aspecto para regulamentação posterior.

Se é verdade que esta lei pouco muda, não é menos verdade que a necessidade de a apresentar e a retórica que a envolve são as provas de que mesmo no governo o PSD e o PP continuam, nesta matéria, a apostar no caminho da demagogia. Já estávamos habituados a que nomeadamente o PP fizesse um discurso populista sobre a pobreza, colocando frequentemente pobres contra pobres, pensionistas contra beneficiários do RMG, não podíamos era esperar que o ruído continuasse no Governo e que com ele se obstaculizasse o caminho de uma reforma que tinha sido feita silenciosamente.

A retórica incendiária em torno da pobreza e dos excluídos serve apenas para satisfazer e potenciar os mais básicos preconceitos que existem sobre estas questões. Não serve de nada distinguir entre bons e maus pobres, entre pobres que se portam bem e pobres que se portam mal. Não são os pobres que são bons ou maus. É a pobreza que é terrível, e ainda mais quando convive lado a lado com a riqueza. É a pobreza que nos deve envergonhar a todos como comunidade e deve essencialmente envergonhar aqueles de nós que tiveram o direito de não nascer pobres. O exercício de retórica populista que o Governo optou por fazer a propósito do rendimento mínimo é por isso o princípio de uma inaceitável violência simbólica que em nada contribui para resolver o problema ao qual se deveria dirigir.

É a pobreza que nos deve envergonhar a todos como comunidade e deve essencialmente envergonhar aqueles de nós que tiveram o direito de não nascer pobres. O exercício de retórica populista que o Governo optou por fazer a propósito do rendimento mínimo é por isso o princípio de uma inaceitável violência simbólica que em nada contribui para resolver o problema ao qual se deveria dirigir.

Estamos frescos na vida partidária; queremos mostrar que valeu a pena sermos recebidos com tanta elevação e fraternidade e até estamos um pouco contaminados por aquele quase entusiasmo juvenil de quem, pela primeira vez, se vê nestas andanças.

Ora meus queridos “velhos” militantes do agora também meu partido, peço-vos que compreendam e aceitem estes entusiasmos, na certeza de que não têm como objectivo deixar-vos para trás, mas sim engrossar esta torrente que se quer vencedora.

Quando as equipas de futebol, nomeadamente as que lutam pela vitória em todas as frentes, não cumprem os objectivos traçados, acontecem, no chamado defeso, as célebres contratações de reforços tendentes a inverter a situação num próximo campeonato.

Poderíamos pensar que, tendo o PS perdido as “competições” (autárquicas e legislativas) em que esteve envolvido, esta leva de novos militantes, alguns, não perdendo a imagem futebolística, autênticos pontas-de-lança da política nacional, seriam a vaga que mostraria aos conformados militantes os novos e verdadeiros caminhos a seguir para um regresso rápido e seguro ao poder.

Este que vos escreve, como é evidente, não se enquadra nessa classificação de ponta de lança, mas sim no grupo mais confortável dos *Oceanos* ou carregadores de piano.

Nós, os novos militantes, encontramos um partido organizado, onde as necessidades básicas estão satisfeitas - existem cartões, salas, sedes, cartas e circulares, se calhar até empresas de *outsourcing* para colar cartazes ou organizar comícios - somos acarinhados e olhados com simpatia, situação muito diferente dos tempos gloriosos da baliza às costas, vividos pelos “velhos” militantes da primeira hora. Por norma, tentamos falar mais vezes, temos opiniões mais viradas para o futuro e menos, até porque não as conhecemos, para as questões internas e, como é óbvio, mesmo que publicamente não o queiramos admitir, estamos um pouco convencidos da nossa mais valia e, porque não afirmá-lo, conscientes que a nossa profissão ou carreira académica, nos coloca naquele patamar intocável de quem “não precisa do partido”.

É natural. Estamos frescos na vida partidária; queremos mostrar que valeu a pena

AOS “VELHOS” MILITANTES CARTA DE UM RECÉM-CHEGADO

JOSÉ CARLOS SEQUEIRA

MILITANTE Nº 266127
SECÇÃO DE ALVALADE

sermos recebidos com tanta elevação e fraternidade e até estamos um pouco contaminados por aquele quase entusiasmo juvenil de quem, pela primeira vez, se vê nestas andanças.

Ora meus queridos “velhos” militantes do agora também meu partido, peço-vos que compreendam e aceitem estes entusiasmos, na certeza de que não têm como objectivo deixar-vos para trás, mas sim engrossar esta torrente que se quer vencedora.

Aliás a vossa presença, apoio, conselho e, porque não, vigilância ideológica são essenciais para balizar esta mole imensa vinda, essencialmente, da esquerda não alinhada.

E, já agora, aqueles de vós que se têm mantido injustamente na sombra, aceitem um novo desafio: tal como afirma o nosso camarada Miguel Coelho, ser apanha-bolas não chega, calcem as *chuteiras* e entrem em campo. Nesse dia... coitados dos nossos adversários.

Solidarizo-me com a intervenção do António Costa que, no dia 5 de Maio, no Porto, a falar para militantes afirmou ver “com amargura a forma como se tenta personalizar em António Guterres (a imagem) do bode expiatório para alguns insucessos”. Às vezes vejo muita gente com excessiva pressa para esquecer o que ele deu ao partido e ao País”.

Além do recém-inscrito, autor da triste designação de “Geração Rasca” para a juventude, o mesmo que entrou com o alto desígnio de ajudar o Ferro a livrar-se da “Trabalha Guterrista” e além do outro, odioso e acintosamente inimigo de Guterres, o tal que, usando quatro vezes mais tempo de “paleio” no Congresso do que qualquer outro militante (humilde ou importante), alardeou, no Congresso e depois dele, que lhe coarctaram o direito de expressão. Além desses, que defino como o desafinado diapasão, eis que vêm agora alguns outros, de que destaco o Cravinho, deixar sair o que, hipocritamente, não foi capaz de dizer, enquanto Guterres era primeiro-ministro e secretário-geral.

Ao “Expresso” de 25 de Maio, João Cravinho declarou: “Dizer-se que Guterres é o candidato natural às presidenciais, depois dele ter saído da forma desastrosa como o fez é, no mínimo, voluntarismo, a menos que o PS seja um recinto materno-infantil”.

Eu acrescentarei que, se calhar, se ele tivesse tido mais solidariedade e menos rasteiras de alguns, dos que se lhe dizem chegados (e não é difícil topar muitas expressões louvaminhas de Cravinho a Guterres), se tivesse tido menos rasteiras, dizia eu, talvez ele não tivesse tido necessidade de sair como saiu. De resto, muito boa gente lhe elogiou o desapego ao poder e lhe teceu loas por ele ter, corajosamente, tomado em seus ombros a responsabilidade da hecatombe nas autárquicas.

Há muito que havia muitos, dentro e fora do PS, que entendiam, e expressavam-nos, ser António Guterres o candidato natural a Presidente da República a apoiar pelo PS. E não se ouviam vozes, em alto, contra.

A curto trecho, logo apareceu quem não queria que ele se recandidate a presidente da Internacional Socialista. E houve mesmo quem insinuasse outro nome. Está escrito. E há muita gente que não tolerará se lhe vier a ser confiado um qualquer

O MAL E A CARAMUNHA

JOSÉ PINTO DA SILVA

MILITANTE Nº 30363
CALDAS DE S. JORGE

cargo internacional. A esses que nunca conseguiram, nem de perto, nem de longe, aproximar-se da craveira dele, lembrarei que, em 1999, antes das eleições, ter-lhe-ia sido fácil, ao que dizia toda a imprensa, cá e lá fora, ser eleito presidente da Comissão Europeia, em vez de Prodi. Face a tantas invejas, fácil me é dizer que ele fez mal.

Solidarizo-me com a intervenção do António Costa que, no dia 5 de Maio, no Porto, a falar para militantes afirmou ver “com amargura a forma como se tenta personalizar em António Guterres (a imagem) do bode expiatório para alguns insucessos”. Às vezes vejo muita gente com excessiva pressa para esquecer o que ele deu ao partido e ao País”. E não se esqueceu de frisar que Guterres seria, sim senhor, um bom candidato do PS a Presidente da República.

Eu também acho. E só espero é que ele se não auto-exclua dessa e de outras hipóteses, auto-apagando-se. Será muito prejuízo para o PS e sê-lo-á para o País.

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

No âmbito do ciclo de debates que a Concelhia de Oeiras tem vindo a efectuar, o Serviço Público de Televisão é o tema para o desta noite na Assembleia Municipal de Oeiras e que contará com a presença de Vicente Jorge Silva, Francisco Moita Flores e Carlos Vidal.

O secretário-geral do PS reúne-se esta quinta-feira com a líder do PS/Madeira.

Promovido pelo Gabinete do Parlamento Europeu em Lisboa, tem lugar amanhã um debate sobre o futuro da Europa intitulado "Vamos Falar da Convenção", em que participam os socialistas António Vitorino, Alberto Costa e Luís Marinho. O debate está marcado para o Centro Cultural de Belém a partir das 9h30.

Também na sexta-feira, os deputados socialistas do distrito de Leiria organizam em Peniche umas jornadas sobre pescas.

Ferro Rodrigues desloca-se no sábado aos concelhos de Campo Maior, Arronches e Marvão, no distrito Portalegre, a convite da Federação Distrital do Partido Socialista.

Reúne-se de segunda a quinta-feira, em Estrasburgo, o plenário do Parlamento Europeu que, entre outros assuntos, vai debater a reforma da Política Agrícola Comum.

Com a presença de Paulo Pedroso, a Secção do Bairro Alto realiza na quarta-feira, 3 de Julho, um debate sobre "O papel das secções no PS".

No domingo, 30 de Junho, a Secção do Bairro Alto homenageia camaradas com 25 anos de militância, num convívio a ter lugar na Casa do Ribatejo em Lisboa.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

Secção PS Baixa da Banheira
Praceta 1º de Dezembro, 7
2835-055 Baixa da Banheira
212040319

Secção PS Barreiro
Rua Miguel Bombarda, 48 - 1º
2830 - Barreiro
212072552

Secção PS Amora
Praceta C. Columbófilo - Correr Água
2840 Amora
212245321

Secção PS Laranjeiro
Rua D. Carlos I, 33/A
2810 Laranjeiro
212890532

Secção PS Monte de Caparica
Travessa da Granja, N.º 9
2825 Monte de Caparica
212955313

Secção PS Moita
Largo Soeiro Pereira Gomes, 3º - 1º
2860 Moita
212890532



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses
52 números

Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

**O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados**